

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

EDUCAÇÃO FÍSICA: ATÉ QUE PONTO EDUCA?

JOÃO LUÍS ALMEIDA FEITOSA

2008



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

EDUCAÇÃO FÍSICA: ATÉ QUE PONTO EDUCA?

JOÃO LUÍS ALMEIDA FEITOSA

Sob a Orientação da Professora
Nádia Maria Pereira de Souza

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

Seropédica, RJ
Setembro de 2008

630.712

F297e

T

Feitosa, João Luís Almeida, 1966-
Educação Física: até que ponto
educa? / João Luís Almeida Feitosa
- 2008.
72f. : il.

Orientador: Nadia Maria Pereira
de Souza.

Dissertação (Mestrado) -
Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Programa de Pós
Graduação em Educação Agrícola.

Bibliografia: f. 48-50.

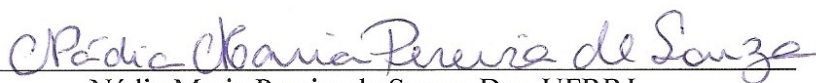
1. Ensino agrícola - Aspectos
sociais. 2. Educação física -
Estudo e ensino - Teses. 3.
Educação - Aspectos sociais -
Teses. 4. Educação integral -
Teses. I. Souza, Nadia Maria
Pereira de. II. Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro.
Programa de Pós Graduação em
Educação Agrícola. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

JOÃO LUÍS ALMEIDA FEITOSA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

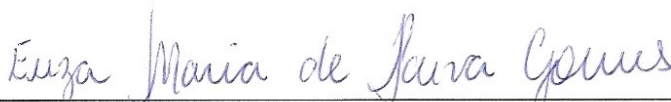
DISSERTAÇÃO APROVADA EM 23 de setembro de 2008.



Nádia Maria Pereira de Souza, Dra. UFRRJ



Sissi Aparecida Martins Pereira, Dra. UFRRJ



Euza Maria de Paiva Gomes, Dra. UNIVERSO

A

meus pais **José Albuquerque** (em memória) e **Marlene Almeida**, pelos ensinamentos mais preciosos e significativos da minha existência, que servem de alicerce na minha caminhada, na luta da vida, na busca persistente dos meus sonhos e objetivos - ensinamentos pautados na honestidade, simplicidade, verdade e justiça;

minha esposa **Elisângela**, exemplo de cumplicidade, amor e dedicação, sempre presente em todos os momentos;

minha filha **Marina** – dádiva de Deus – continuidade da minha vida;

meus irmãos **José Roberto, Luís Carlos e Rogério** - exemplos de solidariedade e virtude – sempre presentes quando mais preciso de apoio. São também, co-responsáveis pelas minhas conquistas e realizações;

minhas tias **Aparecida e Márcia**, pelo afeto e consideração.

AGRADECIMENTOS

A **Maria**, mãe de Jesus, e ao próprio **Deus** pelo dom de nossas vidas, pela inspiração e bênçãos recebidas para vencer os desafios e alcançar os nossos sonhos, sempre presente em todos os momentos de lutas e vitórias;

À Professora Dra. **Nádia Maria Pereira de Souza**, minha orientadora, pela competência, paciência, tolerância, valioso incentivo, apoio e sabedoria ímpar, com que conduziu todo o trabalho de orientação, sabendo compreender as minhas angústias e inquietações, acreditando sempre na minha capacidade. A sua maneira eficiente, simples e dedicada de orientar marcou-me positivamente, como pessoa e como aprendiz;

As professoras **Dra. Sissi Aparecida Martins Pereira e Dra. Euza Maria de Paiva Gomes** pela valiosa contribuição ao aceitarem participar da Banca Examinadora;

A minha tia **Aparecida** e ao meu irmão **José Roberto**, exemplos de ser humano, pelos seus ensinamentos, incentivo, afeto e apoio nos momentos mais difíceis da minha vida.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola – PPGEA, representado pelos seus Coordenadores, professores **Dr. Gabriel de Araújo Santos, Dr^a. Sandra Barros Sanchez e Nilson Brito de Carvalho**, pela dedicação e compromisso, sempre empenhados e disponíveis para colaborar, visando e primando incansavelmente, no percurso desta importante caminhada, por uma formação de excelente qualidade;

Aos inesquecíveis professores do Mestrado, pelos relevantes ensinamentos durante o processo de formação;

À Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim/BA, pela possibilidade e apoio para a realização deste grande sonho;

À Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão, representado pelo Diretor-Geral **José Aelmo Gomes dos Santos**, juntamente com os servidores, pela significativa acolhida e colaboração, possibilitando condições para a realização e conclusão do Estágio Pedagógico, componente curricular do PPGEA/UFRRJ;

A Fazenda Boa Esperança, em Wanderlei/BA, representada pelo gerente **Márcio Trindade Almeida** e demais funcionários, pela significativa colaboração, possibilitando condições para a realização e conclusão do Estágio Profissional, componente curricular do PPGEA/UFRRJ;

Aos colegas do Mestrado, pela convivência, companheirismo, solidariedade e rico aprendizado durante o processo de formação;

À professora **Anne Alilma Souza Silva Ferrete** pela colaboração e empenho dedicado a este estudo;

Aos amigos e colegas de trabalho, pelo incentivo e colaboração nesta caminhada: **André Melo, Miguel Rodrigues de Almeida, Roberto Carlos Santana Lima, Eloivaldo Fagundes Pereira, Elane Souza da Silva, Viviane Brito Silva**.

RESUMO

FEITOSA, João Luís Almeida. **Educação Física: Até que ponto educa?** 2008. 72 p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2008.

No processo histórico e cultural da disciplina Educação Física, institucionalizada no âmbito da escola, nota-se que essa permaneceu por muito tempo limitada em aulas puramente técnicas, desvinculadas do senso crítico e do contexto educacional no processo de formação do cidadão. Com o advento da Lei 9696/98, a qual reconheceu e legitimou o profissional na área de Educação Física, maior compromisso e responsabilidade social se delegou à escola e, sobretudo ao professor. Considerando a Educação Física como atividade didático-pedagógica, mais precisamente como instrumento de relevância educacional, o presente trabalho de pesquisa tem como objetivo desmistificar o preconceito ainda existente acerca dessa temática, objeto de estudo, que busca verificar as principais contribuições da Educação Física escolar na educação integral dos educandos, analisando as aulas sob os aspectos dos conteúdos, da competição, cooperação e percepção da satisfação dos alunos em relação à disciplina. Nesse sentido, torna-se de grande relevância compreendermos que o processo educativo e a Educação Física devem caminhar juntos, intrinsecamente atrelados no processo de formação educacional do cidadão, valorizando construtivamente o esporte, assim como os aspectos lúdicos de espontaneidade, criticidade, iniciativa e socialização. A abordagem metodológica se fundamentou nos princípios da pesquisa de natureza qualitativa descritiva e estudo de caso, utilizando como campo empírico a Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim, representada pelos alunos das 3ª séries do ensino médio integrado ao profissional. Foram utilizados os seguintes instrumentos de pesquisa: questionário semi-estruturado e observação das aulas. Embora ainda exista em nossa sociedade uma cultura de que a Educação Física seja um mero instrumento de preparação física, desconectado da formação educacional, os resultados apontam, em sua essência, para uma prática docente respaldada numa visão e abordagem de valorização da cultura, da cooperação e reflexão da realidade, numa perspectiva crítico-transformadora, portanto educa e contribui significativamente na formação integral dos educandos.

Palavras-Chave: Educação Física – Educação – cidadão e formação integral

ABSTRACT

FEITOSA, João Luís Almeida. **Physical Education: Until what point does it educate?** 2008. 72 p. Dissertation (Máster Science in Agricultural Education). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2008.

In the historical and cultural process of the discipline Physical Education, institutionalized in the extent of the school, It is noted that it was for a long time limited in purely technical classes, disintegrated of the critical sense and of the education context in the process of the citizen's formation. With the coming of the Law 9696/98, which recognized and legitimated the professional in the area of Physical education, larger commitment and social responsibility was delegated to the school and, above all to the teacher. Considering the Physical education as didactic-pedagogic activity, more precisely as instrument of relevance education, the present research paper has as objective demystifies the prejudice still existent concerning that theme, object of study, that tries to verify the main contributions of the school Physical education in the students' integral education, analyzing the classes under the aspects of the contents, competition and cooperation and perception of the students' satisfaction in relation to the discipline. In that sense, it becomes of great relevance to understand that the educational process and the Physical education should walk together, intrinsically harnessed in the process of the citizen's education formation, valuing constructively the sport, as well as the aspects of spontaneity ludic behavior, criticism, initiative and socialization. The methodological approach was based on the research principles of descriptive qualitative nature and case study, using as empiric field the Federal Agrotécnica High School of Senhor do Bonfim, represented by the students of the 3rd grades of the High School teaching integrated to the professional Education. The following research instruments were used: semi-structured questionnaire and classes observations. Although it still exists in our society a culture that the Physical education is a mere instrument of physical preparation, disconnected of the teaching formation, the results appear, in its essence, for an educational practice with background in a vision and approach of valorization of the culture, of the cooperation and reflection of the reality, in a critical-transforming perspective, therefore, educate and contribute significantly in the integral formation of the students.

Key-words: Physical Education – Education – integral citizen formation

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização geográfica das Escolas Agrotécnicas Federais da Bahia	06
Figura 2 – Planta esquemática da EAF de Senhor do Bonfim	08

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Conhecimentos já adquiridos	37
Gráfico 2 – Relação Ensino Profissional x Ensino Médio	38
Gráfico 3 – Educação Física na formação cidadã	39
Gráfico 4 – Conteúdos	40
Gráfico 5 – Conteúdos	40
Gráfico 6 – Competição	41
Gráfico 7 – Educação Física x Educação	43

LISTA DE SIGLAS

CEB	Câmara de Educação Básica
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CNE	Conselho Nacional de Educação
COAGRI	Coordenação Nacional do Ensino Agrícola
CONFEF	Conselho Federal de Educação Física
CREF	Conselho Regional de Educação Física
DCNEM	Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
DEA	Diretoria do Ensino Agrícola
DEF	Departamento de Educação Física
DEM	Departamento de Ensino Médio
DNEF	Departamento Nacional da Educação Física
DOU	Diário Oficial da União
EAF	Escola Agrotécnica Federal
EAFSB	Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IFET's	Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PPGEA	Programa de Pós Graduação do Ensino Agrícola
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional
SEAV	Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário
SEMTEC	Secretaria de Educação Média e Tecnológica
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESG	Secretaria de Segundo Grau
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
UEP's	Unidades Educativas de Produção
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNEB	Universidade Estadual da Bahia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	01
1.1 – Justificativa	03
1.2 - Contextualização do Problema	04
1.3 – Objetivos	04
2. REVISÃO DE LITERATURA	06
2.1 - Histórico da Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim e Região	06
2.2 - Histórico da Educação Profissional Agrícola no Brasil	08
2.3 - Para Além da Formação do Técnico em Agropecuária	12
2.4 - Breve Histórico da Educação Física	15
2.5 - A Educação Física nas Escolas e as Influências Militares	19
2.6 - A Competição Esportiva na Escola	23
2.7 - Características do Professor de Educação Física	31
3. MATERIAL E MÉTODOS	33
3.1 - Tipo de Estudo	33
3.2 – Estudo	34
3.2.1 - População e Amostra	34
3.3 - Instrumento Utilizado na Coleta de Dados	34
3.4 - Procedimento da Coleta de Dados	35
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	36
4.1 - Análise dos Itens Relacionados	36
5. CONCLUSÃO	45
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48
7. ANEXOS	51

1 INTRODUÇÃO

Durante mais de um século, a Educação Física se faz presente nas escolas brasileiras. No decorrer desse percurso, de acordo com o momento histórico vivenciado, com a visão de sociedade e com a concepção de educação, diversos foram os objetivos correlacionados à Educação Física, dentre os quais poderíamos destacar: preparação para o trabalho, eugeniação, formação de atletas, compreensão do funcionamento do corpo humano, desenvolvimento das diferentes qualidades físicas, terapia psicomotora, instrumento de disciplinarização do corpo, demonstrar autonomia nas atividades corporais, assumir uma postura ativa na prática dessas atividades, adotar uma postura crítica e democrática sobre os diferentes pontos de vista, refletir sobre a cultura corporal, dentre outras.

Ressalta-se, que ainda hoje, a Educação Física é objeto de intensas críticas e discussões acerca desses mesmos objetivos, uma vez que continua sendo palco de debates, conflitos e negociações acerca do seu papel na escola. Sendo ela integrante do currículo oficial escolar, deve-se fundamentar na compreensão e discussão junto aos alunos dos valores e significados que estão por trás das práticas corporais, aqui entendidas como os jogos, danças, esportes, ginásticas, lutas, dentre outras e dessa forma, procurar mostrar a sua importância na formação do cidadão.

Diante da relevância e complexidade ora apresentada, entende-se que o profissional de Educação Física tem papel primordial na consecução das suas respectivas finalidades, e para tanto, torna-se necessário uma análise mais cautelosa ou um maior enfoque acerca desse profissional, denominado professor.

Ainda hoje nos defrontamos com situações onde o esporte-meio, característico daquele que enfatiza o caráter lúdico, a espontaneidade, a iniciativa, a socialização, confunde-se com o esporte-fim, tido como aquele que privilegia talentos e discrimina os menos habilidosos.

É também comum a confusão entre o “esporte na escola” e o “esporte da escola”. O “esporte na escola” é aquele que assume os códigos das instituições esportivas, prioriza os rendimentos, a competição, os recordes, a regulamentação rígida e a vitória. Já o “esporte da escola” está apoiado em outros valores além destes pautados no individualismo. Busca-se um esporte em que a interação e a solidariedade seriam os princípios de ação, ao invés da competitividade. Além disso, as soluções de problemas de uma equipe deveriam ser construídas por meio do coletivo, e não só por ações individualizadas.

Nesse contexto, busca-se verificar e refletir sobre a possibilidade do professor estar priorizando a competição esportiva na escola, e dessa forma pode-se gerar, por conseguinte, a exclusão dos alunos menos habilidosos no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que só participam das equipes representativas da escola aqueles que se destacam em alguma modalidade esportiva.

É oportuno enfatizar que sendo o esporte um componente curricular da Educação Física, o mesmo pode e deve ser apresentado aos alunos, principalmente pelo fato de ser essa uma atividade salutar para quem a pratica; contudo, o que se critica é a exacerbação da competição esportiva no ambiente escolar. É nesse contexto que se procura introduzir a problemática em estudo: **Educação Física: Até que ponto educa?**

A educação de uma forma geral, na maioria das vezes esteve a favor dos interesses das classes dominantes. Com a abertura dos cursos de Pós-Graduação, sobretudo àqueles voltados para a área de educação, marcou-se o início de uma busca de independência intelectual dos profissionais da área. Ao aproximar-se da área da educação formal propriamente dita, os professores de Educação Física incorporaram práticas pedagógicas que, nos anos 70, ainda se revestiam de influência e caráter tecnicista e empírico-analítico, com poucas reflexões realizadas em torno da prática, a não ser aquelas oriundas dos tratados anátomo-fisiológicos, que se tornaram hegemônicas nesta formação profissional.

Nessa mesma educação formal transmitida nas escolas, alguns efeitos são observados, como as críticas contundentes ao tecnicismo e à ideologia subjacente ao processo de ensino-aprendizagem, sem a contextualização político-social.

A partir desse contexto a escola deve oferecer novos rumos à educação, ou seja, ela deve ser um lugar onde se vai para aprender coisas, coisas que não se sabe ou que, se sabe mas não se tem a oportunidade de aprofundá-las, ampliando assim o horizonte do aluno para coisas, lugares e saberes que ele não atingiria sem ela. Esta mesma escola estará colocando para o aluno o que há de grandioso na ciência, irá colocá-lo diante da dúvida, diante de um processo que se constrói pelos erros e pela negação, por rupturas e continuidades e, sobretudo por interesses humanos, em outras palavras, a cabeça do aluno não deve ser um depósito de informações, mas sim um vulcão em constante erupção.

Para isso é preciso o desafio. Não se desafia a inteligência do aluno com a repetição do que ele já sabe, ou ainda, com o pronto atendimento do desejo da criança e do jovem. Em princípio, rejeita-se o desconhecido, o difícil, o elaborado, e é justamente neste contexto que se insere o papel da escola e do professor que tem o dever de organizar criativamente o conhecimento a ser tratado, produzir desafios e provocar alegria diante de cada nova conquista.

A Educação Física, como componente curricular inserido na Escola, traz em seu bojo diversos conteúdos bastante solicitados e prazerosos aos alunos. O exemplo do esporte enquanto conteúdo de ensino deve ser muito bem trabalhado pelo professor para que não haja a confusão conforme citada anteriormente entre o “esporte na escola” e o “esporte da escola”. Assim, como as disciplinas das escolas do Ensino Fundamental e Médio possuem diversos conteúdos clássicos, não cabendo a elas formar novos cientistas, novos literatos, novos compositores, novos artistas ou novos políticos, dentro de cada área específica, não cabe à Educação Física a responsabilidade de desenvolver desporto de rendimento e formar atletas. Cabe sim, ensinar a multiplicidade de elementos da cultura corporal: não só o esporte, mas também as lutas, as danças, as ginásticas, os jogos, como atributos a serem reconhecidos dentre as diferentes necessidades educativas sistemáticas que compõem a formação da personalidade do sujeito neste espaço. Urge organizar na escola uma prática pedagógica que possa valorizar os ideais de um novo homem e de sua nova sociedade.

Faz-se necessário, uma caracterização da atuação do professor de Educação Física enquanto educador; este, normalmente, deveria encontrar-se aberto ao novo visando a uma formação crítica e participativa dos seus alunos, concebendo a concretização da aprendizagem como um processo contínuo que representa o êxito da sua atuação profissional.

O educador tem a concretização da aprendizagem como um processo contínuo de busca incessante de novos conhecimentos, trilhando seu fazer pedagógico no comprometimento com uma formação completa dos alunos a ele confiados pela instituição de ensino onde exerce sua profissão, visto que um educador comprometido com uma educação de qualidade busca, em sua prática, deve transcender os conteúdos das disciplinas, democratizando suas aulas à medida que dá ao aluno o papel de sujeito e não de objeto no processo de ensino-aprendizagem.

Diferentemente de um técnico, que tem uma preocupação mais restrita de caráter especificamente competitivo, com vistas ao domínio de técnicas relativas a uma determinada modalidade esportiva, promovendo, no desempenho de uma minoria de alunos, a prática de uma Educação Física diferenciada.

Com isso, constata-se uma incidência que aumenta a cada dia, onde o esporte é praticado nas escolas de maneira acrítica, como modismo nacional e a mídia reforça diariamente essa visão sem preocupar-se com a essência educacional, perpetuando ainda mais a visão de que o esporte seja um trampolim para o sucesso na vida sem levar em consideração as condições sociais e econômicas do praticante.

Será que os professores de Educação Física continuam em suas aulas, formando homens fortes fisicamente, mas desprovidos de uma visão crítica acerca de sua condição de cidadão e assim sendo, perpetuam as características higienistas e militaristas dos primórdios da Educação Física?

Para uma instituição escolar, a Educação Física necessita assumir um papel pedagógico e, portanto, deve estar articulada e integrada com o projeto pedagógico da escola, valorizando as diversas culturas e, conseqüentemente, auxiliando no desenvolvimento integral de um cidadão crítico e participativo na comunidade em que está inserido, uma vez que, através da prática

pedagógica, pode-se perceber o grau de comprometimento do professor e se a sua atuação o aproxima mais de um educador, de um técnico ou de um mero transmissor de informações.

Com o intuito de melhor conduzir os estudos em busca da obtenção de dados mais reais e satisfatórios para o desafio ora lançado propôs-se realizar essa pesquisa junto aos alunos e alunas das 3ª séries que freqüentam aulas regulares de Educação Física na Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim, onde é oferecido o Curso Técnico Profissionalizante integrado ao Ensino Médio.

Assim, buscou-se, com esta pesquisa, melhor conhecer a realidade das práticas educacionais desenvolvidas pelo professor de Educação Física especificamente aqueles atuantes na esfera do Ensino Agrotécnico da Rede Federal de educação daquele município. Essa investigação científica insere-se na linha de pesquisa **“Metodologia do Ensino e da Pesquisa para a Educação Agrícola: Investiga-se, por meio de abordagem teórico-crítica, processos de construção de conhecimento, analisando práticas educativas na Educação Profissional, como também concepções da natureza da ciência, da construção do conhecimento e do método do trabalho científico”** na área de concentração de “Educação e Sociedade” do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola – PPGEA, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ.

Considerando a temática e a linha de pesquisa desse trabalho científico, pode-se perceber uma forte relação existente entre os mesmos, já que o referido estudo desenvolve-se dentro de uma Escola de Ensino Agrícola e esta, por sua vez, apresenta dentro da sua estrutura curricular a disciplina de Educação Física que certamente também poderá desempenhar sua contribuição dentro de todo esse contexto educacional agrícola para uma formação integral do ser humano.

1.1 Justificativa

O fato de já ter sido ex-aluno, ex-servidor técnico-administrativo e hoje professor de uma Escola Agrotécnica Federal, são os principais motivos que me conduziram a escolher este tema dessa dissertação, com o propósito de verificar a contribuição que a Educação Física ocupa na construção do aluno-cidadão nesse modelo de Instituição, e certamente por entender que o conhecimento se apresenta em geral, inacabado, o que conduz a uma necessidade contínua de aperfeiçoamento, de descobertas e da conquista do novo, impulsionando-nos na busca de elucidações que nos possibilitem minimizar a distância existente entre hipóteses que nos defrontamos e a realidade vivenciada.

As inquietações geradoras desse trabalho de pesquisa também surgiram, com a observação das constantes críticas relacionadas à disciplina Educação Física. Comumente, a Educação Física é rotulada como uma disciplina que qualquer pessoa ou professor pode lecionar dada a simplicidade como a mesma é tratada em diversas escolas do município de Senhor do Bonfim, da Bahia e do Brasil. Há, ainda, uma concepção equivocada de que o conteúdo da Educação Física é ‘tão simples’ e ‘fácil’, que qualquer pessoa está apta a lecioná-lo.

Enfocar um campo de estudo e vislumbrar as ações dos profissionais que nele atuam, de certa forma nos estimula a caminhar na direção do aprofundamento dos conhecimentos que devem ser abordados, como também, deve-se considerar a receptividade daqueles que são diretamente afetados pela ação de tais profissionais. Estamos tratando aqui da relação existente entre professor e aluno, com intenção de encontrar na participação e/ou colaboração deste, o entendimento daquele.

No Projeto Pedagógico da EAF de Senhor do Bonfim, está inserido o componente curricular de Educação Física, sendo este direcionado prioritariamente para as ações que possam desenvolver as práticas corporais, sem perder de vista os aspectos de integração, socialização e autonomia. Atualmente a escola possui uma quadra poliesportiva para o desenvolvimento das suas aulas e em breve contará com um ginásio de esportes que está em fase de conclusão, mas devido às características que envolvem uma Escola Agrotécnica Federal, pode-se dizer que ela é possuidora de diversos outros recursos físicos, materiais e naturais para o alcance dos objetivos propostos pelo professor.

Em se tratando do entendimento do professor de Educação Física através de sua atuação,

desenvolve-se este estudo na tentativa de também desvelar a Educação Física enquanto componente curricular e que tem à sua frente um profissional que contribui para sua legitimidade no campo pedagógico e profissional.

Enfim, percebe-se nas discussões e/ou estudos que vêm ao longo dos anos abordando a problemática da atuação do professor de Educação Física, a necessidade de uma reflexão constante sobre seu papel e que embora tenha mudado de alguma forma, precisa ser constantemente repensado e avaliado.

1.2 Contextualização do Problema

Dentro desse contexto e com o intuito de melhor conduzir a pesquisa, objetivando a obtenção de dados mais reais e satisfatórios para o desafio ora lançado propôs-se encaminhar os estudos às turmas A, B, C e D da 3ª série do Curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio da Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim, perfazendo um total de 97 alunos, e a partir daí, tentamos perceber e refletir acerca da conduta das partes envolvidas no processo durante as aulas de Educação Física, ou seja, procurou-se observar a participação dos alunos durante as aulas, e a partir daí verificou-se até que ponto a Educação Física ajuda na formação integral do educando.

Acredita-se que, além disso, o social e lúdico devem estar embutidos na prática da Educação Física escolar, prática esta que vai além dos conhecimentos específicos da profissão e passa por questões que procurem enfatizar uma educação integral.

A partir desses pressupostos, foram analisados dados, idéias formuladas e sugestões apresentadas, para uma Educação Física escolar que possa atingir o caráter crítico-transformador daqueles que estejam envolvidas com o tema - Educação Física: Até que ponto educa?

1.3 Objetivos

Diante do exposto, a presente pesquisa tem **como objetivo geral** verificar as principais contribuições da Educação Física escolar na educação integral dos educandos.

E como **objetivos específicos**:

- Resgatar pressupostos históricos da Educação Agrícola e da Educação Física no Brasil.
- Diagnosticar os principais conteúdos presentes nas aulas de Educação Física escolar.
- Analisar o interesse dos discentes sobre os processos de competição e cooperação inseridos nas aulas de Educação Física escolar.
- Identificar o grau de satisfação dos alunos em relação à maneira como a Educação Física é ministrada na escola.
- Analisar a contribuição da Educação Física escolar na formação humana e profissional de um Técnico que se encontra em formação dentro de uma Escola Agrotécnica Federal, buscando verificar até que ponto este componente curricular educa.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A principal proposta desta investigação foi analisar pedagogicamente alguns elementos da disciplina de Educação Física dentro do contexto de uma Escola Agrotécnica Federal, situando a contribuição deste componente curricular para o desenvolvimento integral do aluno enquanto cidadão. Nesse sentido optou-se realizar uma análise introdutória do histórico da EAFSB, da região, da Educação Agrícola no país e da própria disciplina Educação Física. Além disso, caracterizar-se-á também questões ligadas à formação do Técnico em Agropecuária, às influências militares e à competição esportiva nas escolas, como também as características que envolvem o professor de Educação Física.

2.1 Histórico da EAF de Senhor do Bonfim e Região

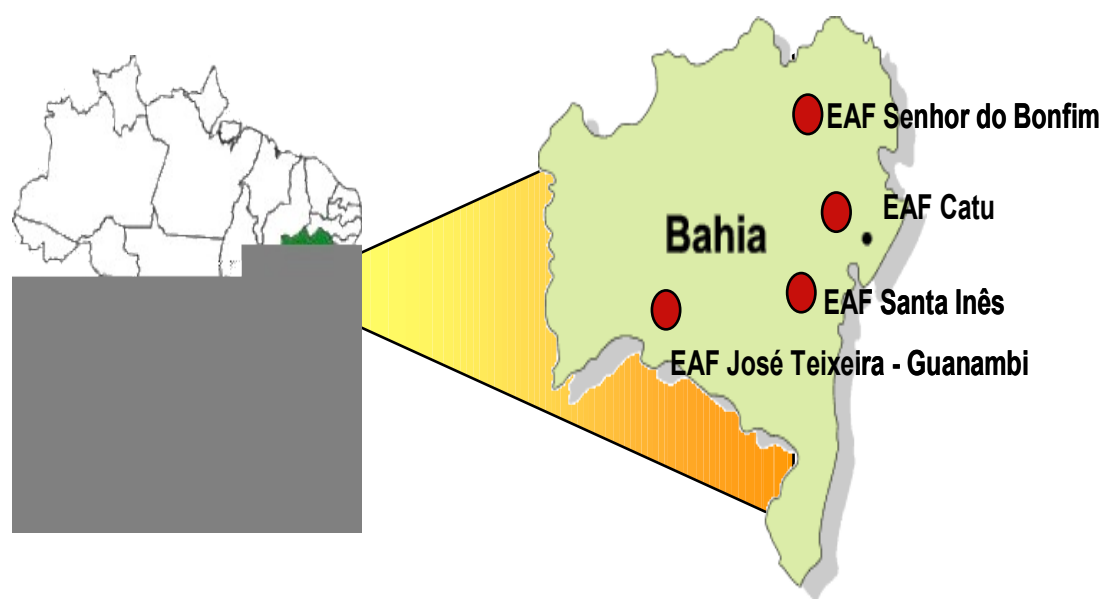


Figura 1. Localização geográfica das Escolas Agrotécnicas Federais da Bahia.

A Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim, situada na microrregião do referido município, no semi-árido nordestino, com características edafoclimáticas¹ peculiares, encontra-se numa zona de transição climática, indo do semi-árido e seco ao subúmido, o que origina a disparidade de recursos naturais dispostos nessa região. Percebe-se discrepâncias, por exemplo, na distribuição da pluviosidade anual num mesmo município.

As características naturais e, conseqüentemente, produtivas tão diferenciadas, tornam-se um desafio para a atuação da Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim, tendo diante de si um vasto e fértil campo de trabalho, ao tempo em que busca identificação para o desenvolvimento de suas próprias ações, em consonância com as necessidades sócio-produtivas da região.

O município de Senhor do Bonfim caracteriza-se como pólo atrativo de valores entre os municípios circunvizinhos, com forte tendência para o desenvolvimento dos setores secundário e terciário, destacando-se o comércio local.

A geração de matéria-prima e renda, sustentáculo para o setor de serviços, comércio e transformação é oriunda, principalmente, do setor primário, destacando-se a agricultura, pecuária e mineração.

A produção agropecuária é bastante diversificada pelas características regionais, ocorrendo desde a produção de culturas de ciclo longo, passando pelas culturas anuais e bianuais, como mandioca, milho e feijão, até o trabalho com olerícolas² em pontos isolados. A pecuária se destaca

¹ Pertencente ou relativo ao solo ou ao clima.

² Hortaliças em geral (couve, alface, pimentão, repolho, entre outros)

pela criação de bovinos de corte e leite, caprinos e ovinos, estes últimos merecendo atenção especial pelos criadores regionais de animais com alto grau genético, que vêm contribuindo significativamente para a melhoria do plantel da região.

Convém mencionar a necessidade de maior investimento nas unidades produtivas rurais, na sua maioria, quanto ao suporte técnico para a melhoria do desempenho produtivo e maior aproveitamento dos recursos existentes, possibilitando dessa forma um vasto campo de atuação para a Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim, através do desenvolvimento de projetos pedagógicos produtivos, os quais têm servido de base para uma melhor formação técnico-profissional dos discentes e, conseqüentemente, contribuindo na atuação desses profissionais na comunidade.

A área de abrangência da Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim, sediada numa região inserida no polígono das secas do nordeste baiano, localizada a 374 Km da capital do Estado, tem significativa importância para o acesso de outras comunidades estudantis, em razão, principalmente, da sua posição geográfica, proximidade com os demais municípios da microrregião e infra-estrutura.

O município dispõe de uma superfície de 1.125 Km² e uma população de aproximadamente 70.000 habitantes. Levando-se em consideração também os distritos dispõem de 89 escolas da rede municipal, 14 escolas da rede estadual e 3 escolas da rede particular de ensino, onde são ofertados desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, conta ainda com 4 escolas que oferecem a Educação de Jovens e Adultos - EJA, e 1 escola da rede federal que é a EAF de Senhor do Bonfim, que oferece o Ensino Médio e Educação Profissional na área de Agropecuária.

Quanto ao ensino superior, dispõe de um campus da Universidade do Estado da Bahia - UNEB que oferece 03 cursos de licenciatura plena nas seguintes áreas: Biologia, Matemática e Pedagogia, bem como um curso de bacharelado em Ciências Contábeis.

Nesse contexto, considerando ainda a demanda, dinâmica e exigências do mundo produtivo, a microrregião de abrangência da Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim exige maior atuação na oferta de vagas e de cursos para contemplar os anseios e necessidades da comunidade, fato constatado em consultas realizadas e no próprio exame seletivo que a escola realiza para o ingresso de sua clientela.

A Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim foi criada pela Lei nº 8670/93 e transformada em Autarquia Federal pela Lei nº 8731/93. Iniciou seu funcionamento administrativo no ano de 1996 e o letivo em 1999. Tem como estratégia pedagógica de aprendizagem, a vivência efetiva dos alunos nas Unidades Educativas de Produção - UEP's de Agricultura, Zootecnia e Agroindústria.

Atualmente a Escola possui uma clientela de 511 alunos e um quadro funcional de 124 pessoas para o desenvolvimento de suas atividades cotidianas, distribuídos em 41 docentes, 36 técnicos administrativos e 47 funcionários terceirizados.

Em cumprimento à missão institucional, a EAFSB oferece na modalidade de educação profissional, o Curso Técnico em Agropecuária, Integrado ao Ensino Médio e o Curso Técnico Agrícola, com habilitação em Zootecnia-Subseqüente.

Para o desenvolvimento de suas atividades administrativas e didático-pedagógicas, a Escola conta com uma área de 180 hectares, sendo 16.933,70 metros de área construída coberta, na qual estão edificadas as instalações em excelente estado de conservação. Essa infra-estrutura serve de suporte para a vivência no processo de ensino-aprendizagem, conforme representada em planta esquemática (**Figura 2**):

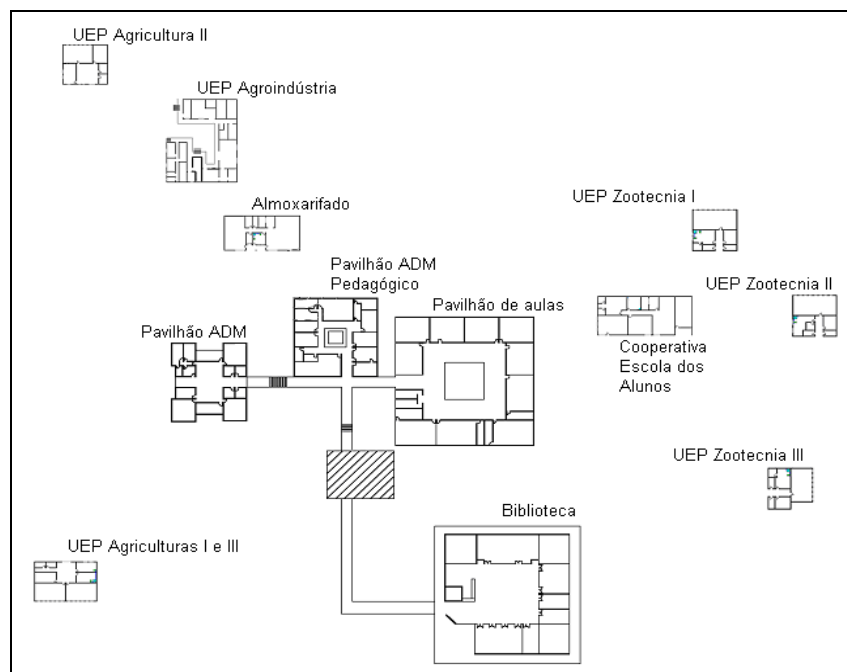


Figura 2. Planta Esquemática da EAF de Senhor do Bonfim

2.2 Histórico da Educação Profissional Agrícola no Brasil

A trajetória do ensino técnico agrícola no Brasil remonta ao período do Brasil colonial, quando essas práticas eram destinadas aos chamados desvalidos da sorte do ponto de vista moral, intelectual e físico. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico (2000, p.11), referindo-se exatamente a essa situação destaca:

Os primórdios da formação profissional no Brasil registram apenas decisões circunstanciais especialmente destinadas a “amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte”, assumindo um caráter assistencialista que tem marcado toda sua história.

Segundo essas diretrizes, o primeiro registro em direção de um esforço governamental em busca da profissionalização data de 1809, quando um decreto do Príncipe Regente, futuro D. João VI, criou o Colégio das Fábricas. Ainda na primeira metade do século XIX foram construídas dez casas de Educandos e Artífices em capitais de província, sendo a primeira delas em Belém do Pará, para atender prioritariamente os menores abandonados, com objetivo de diminuir a criminalidade e a vagabundagem. Na outra metade deste mesmo século, diversas outras foram criadas, as mais importantes delas foram os liceus de Artes e Ofícios, entre os quais os do Rio de Janeiro (1858), Salvador (1872), Recife (1880), São Paulo (1882), Maceió (1884) e Ouro Preto (1886).

Passado o século XIX, adentramos no século XX, e o ensino profissional continuou mantendo a mesma essência do período anterior, ou seja, daquele ensino voltado basicamente para os menos favorecidos socialmente. A novidade será o início de um esforço público de organização da formação profissional, que tinha como meta preparar operários para o exercício profissional.

Um marco importante é que em 1906, o ensino profissionalizante passaria a ser atribuição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, consolidando-se uma política de incentivo ao desenvolvimento do ensino industrial, comercial e agrícola. Ainda em 1906, o presidente Afonso Pena sancionou a resolução do Congresso Nacional que determinava a Criação do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. A crença segundo Nascimento (2004, p. 69), era de que:

O ensino geral de agricultura há de se organizar com as forças e elementos que lhe fornecerem o departamento de agricultura, os colégios ou escolas agrícolas e as estações agrônômicas e campos de experiência e demonstração. A instrução elementar agrícola será dada nos orfanatos, asilos, colônias especialmente consagradas a este fim, isto é, ao preparo do horticultor, do abegão³ e do trabalhador agrícola. Em todas estas instituições de ensino deve ser prático e útil, e o indivíduo, que se vai dedicar ao mister da lavoura deve adaptar o seu físico, moral e intelectual às necessidades da vida, aparelhando-se devidamente para as lutas e rigores do trabalho.

Contudo, o novo Ministério somente foi instalado em 1909, durante o governo de Nilo Peçanha que tinha como uma de suas responsabilidades a inclusão do ensino agrícola, portanto havia uma preocupação em formar técnicos agrícolas, entretanto o incremento maior ocorreu na esfera do ensino superior.

Em 1910, o então presidente Nilo Peçanha instalou 19 Escolas de Aprendizes Artífices também destinadas aos pobres e humildes, distribuídas em várias unidades da Federação. Neste mesmo ano foi reorganizado o ensino agrícola no País, objetivando formar chefes de cultura e administradores capatazes.

Na década de 20, segundo o MEC/SEMTEC (2000, p.12), “a Câmara dos Deputados promoveu uma série de debates sobre a expansão do ensino profissional, propondo a sua extensão a todos, pobres e ricos, e não apenas aos desafortunados”. Em 1931, foi criado o Conselho Nacional de Educação e, com ele foi realizada uma reforma educacional, conhecida pelo nome de Francisco Campos e que perdurou até 1942, ano em que começou a ser aprovado o conjunto das chamadas Leis Orgânicas do Ensino, mais conhecidas como Reforma Capanema. De fato, Gustavo Capanema pode ser considerado o grande nome que realmente mexeu com a Educação Profissional no Brasil. Neste mesmo ano de 1942 foi criado o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), e em 1946, o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), bem como ocorreu a transformação das antigas Escolas de Aprendizes Artífices em Escolas Técnicas Federais.

No seu bojo, essas mesmas Leis Orgânicas da Educação Nacional, ainda tinham como objetivo no Ensino Profissional, a formação adequada aos filhos dos operários, aos desvalidos da sorte e aos menos afortunados, ou seja, àqueles que precisavam ingressar precocemente na força de trabalho.

Conforme citam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico – MEC/SEMTEC (2000, p.15) “Apenas na década de 50 é que se passou a permitir a equivalência entre estudos acadêmicos e profissionalizantes, quebrando em parte a rigidez entre os dois ramos de ensino e entre os vários campos do ensino profissional”. Ainda nesta década passou a ser permitido que concluintes de cursos profissionais pudessem continuar seus estudos acadêmicos nos níveis superiores, mas na condição que prestassem exames das disciplinas que não cursaram e pudessem provar possuir o nível de conhecimento indispensável à realização dos aludidos estudos. Somente em 1961, com a promulgação da Lei Federal nº 4024/61, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, é que adquiriu-se a plena equivalência entre todos os cursos do mesmo nível, sem necessidade de exames e provas de conhecimento, portanto todos os ramos e modalidades de ensino passaram a ser equivalentes, para fins de continuidade de estudos em níveis subsequentes, acabando, pelo menos do ponto de vista formal, a velha dualidade entre o ensino das elites condutoras do país e ensino para os desvalidos da sorte.

Através do Decreto nº 60731/67 (DOU de 19.05.67) promoveu-se a transferência da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV), vinculada ao Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura, atribuindo-lhe a denominação de Diretoria do Ensino Agrícola (DEA) até 1970, quando foi criado o Departamento de Ensino Médio (DEM).

Dado o seu caráter de órgão predominantemente normativo e às peculiaridades do ensino agrícola, o Departamento de Ensino Médio (DEM) reconheceu as dificuldades de continuar

3 Feitor de propriedade.

coordenando a extensa rede do ensino agrícola, sugerindo, então, a criação de um órgão específico para administrar as referidas escolas. Este departamento gerenciou o ensino agrícola até o ano de 1973, quando então, foi implantada a Coordenação Nacional do Ensino Agrícola (COAGRI), que logo depois, em 1975 teve a sua denominação mudada para Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário, porém ficou mantida a mesma sigla. Esta Coordenadoria, conforme argumenta Nascimento (2004, p.273) “apresentava o ensino agrícola como sendo uma possibilidade de transformar o mundo, com um novo dimensionamento do trabalho voltado para a promoção do homem”, e tinha como finalidade proporcionar assistência administrativa, técnica e financeira aos estabelecimentos do ensino agrícola do país vinculados ao Ministério da Educação e Cultura. Os mais saudosistas se arriscam a afirmar que na história da Educação Agrícola no país existiram dois momentos: um antes, e outro depois, da criação e extinção da COAGRI, eles insistem em afirmar que durante a época em que ela existiu, o ensino agrícola no país viveu o seu ápice.

Em 1979, as escolas agrícolas passaram a ser denominadas de Escolas Agrotécnicas Federais, e em 1986 ocorre a extinção da COAGRI. A partir daí o exercício das suas funções passou a ser da Secretaria de 2º grau (SESG), vinculando as referidas Escolas Agrotécnicas Federais à nova estrutura então estabelecida.

A Lei Federal nº 5692/71 conforme destacam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico (2000, p.16):

também representa um momento marcante na história da educação profissional, ao generalizar a profissionalização no ensino médio, então denominado segundo grau. Grande parte do quadro atual da educação profissional pode ser explicada pelos efeitos dessa lei.

Diante disso, a Educação Profissional deixou de ser limitada às instituições especializadas. Essa liberdade de atuação não acompanhou o ritmo atual em que se encontravam as escolas públicas de ensino, que não receberam o necessário apoio para a oferta de um ensino profissional de qualidade compatível com as exigências de desenvolvimento do país.

Ainda segundo essas diretrizes (2000, p.17), “a Lei Federal nº 5692/71, conquanto modificada pela de nº 7044/82, gerou falsas expectativas relacionadas à educação profissional ao se difundirem de maneira desorganizada conteúdos de habilitações profissionais dentro de um segundo grau sem identidade própria”, ela propunha a obrigatoriedade da profissionalização através da instrução programada, e esta perdurou até a criação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A atual LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) nº 9394/96, em seu artigo 39 traduz que “a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”. Essa posição denota uma superação dos enfoques assistencialista e economicista da educação profissional, bem como do preconceito social que com o passar do tempo, quase sempre a colocava num patamar inferior. Ainda seguindo essa vertente, a rigor, após o ensino médio, tudo é educação profissional. Tanto o ensino técnico e tecnológico quanto os cursos sequenciais por campo do saber e os demais cursos de graduação devem ser considerados como cursos de educação profissional, tendo como única diferença o nível de exigência das competências e da qualificação dos egressos, a carga horária e a grade curricular.

A partir de então, ainda no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso ficou claro a proposta do referido governo que era de sucatear e transferir as Escolas Agrotécnicas Federais para os Estados, colocando as mesmas em segundo plano conforme Decreto Federal nº 2208/97 citado na íntegra em Educação Profissional - Legislação Básica (2001, p 51-54).

O Decreto traz em seu bojo que para haver uma melhor distribuição dos gastos seria importante que o Ensino Médio fosse separado da formação de qualificação profissional, e que os estabelecimentos de Ensino Técnico fossem destinados exclusivamente à formação profissional, para aqueles que efetivamente iriam atender a demanda do setor produtivo naquele nível

profissional, ou seja, os filhos de trabalhadores que deveriam ingressar mais rapidamente no mercado de trabalho, como se houvesse lugar para todos, e isto era posto como condição para futuros financiamentos na educação agrícola, o que aconteceu posteriormente com a implementação do Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP. Tal instrumento atendia claramente a interesses externos que estariam interferindo na direção das políticas educacionais brasileiras para atender uma política neoliberal. O referido Decreto impedia, portanto, uma maior flexibilidade de ação por parte das instituições educacionais, atendendo dessa forma os interesses de uma parcela da burguesia. Com a redução do número de alunos no Ensino Médio nas instituições federais, obviamente cresceria a procura por cursos desse nível de ensino nas instituições privadas.

No primeiro mandato do presidente Lula, este começou a enfocar como pressuposto básico de sua gestão as políticas sociais e com isso as Escolas Agrotécnicas Federais começam resgatar o Ensino Técnico Profissionalizante através do Decreto nº 5154 (DOU de 26.07.04). Pode-se destacar ainda no governo Lula, o fato do processo democrático de escolha do dirigente máximo das Instituições Federais de Ensino através da eleição direta.

No Decreto Federal nº 5154/04, o ensino de formação profissional ainda mantém as possibilidades de formatação de cursos, como previa o Decreto nº 2208/97, mas com a possibilidade de um ensino integrado entre o Ensino Médio e a Educação Profissional, como aquele que era executado no antigo 2º grau profissionalizante. Dessa forma o Decreto nº 5154/04, mostrou, de imediato, um avanço. A possibilidade de um Ensino Médio integrado com o de formação profissional pode abrir novos horizontes para o aluno. Outro avanço palpável é a demanda que começa a existir por uma vaga nas Escolas (Agro)Técnicas Federais, mostrando dessa forma a qualidade e o respaldo que ainda cercam essas Instituições Federais de Ensino.

Atualmente, cobrindo o território nacional, como um todo, o governo federal possui uma rede composta de 10 Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFET's agrícolas e 36 Escolas Agrotécnicas Federais - EAF's espalhadas no Brasil, que têm em sua essência a formação técnica de nível profissionalizante, prioritariamente, vinculados à educação agrícola, e podemos dizer que os investimentos realizados pelo governo em prol dessas escolas vêm atendendo de maneira considerável o crescimento das mesmas. Entende-se que vem acontecendo uma reestruturação de maneira contínua, cíclica e gradual com um objetivo, no mínimo, promissor, se considerarmos a situação que estas mesmas escolas estavam há tão pouco tempo atrás.

A Cefetização (transformação das Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica), até pouco tempo atrás era o objetivo maior das Escolas Agrotécnicas. Hoje, pode-se dizer que estamos vivendo um outro momento histórico, quando o governo implanta uma nova política para a Educação Profissional do país, que é a criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia - IFET's, com abrangência em todos os estados do país (Portaria - SETEC nº 116 de 31 de março de 2008). Esta é mais uma tentativa de valorizar o ensino profissionalizante no país, pois além de continuar ofertando os cursos regulares que já oferecem, os IFET's poderão galgar novos horizontes que passam pelas graduações de licenciaturas e bacharelados e também pelas graduações Lato e Stricto- Senso, a nível de mestrado e doutorado.

Destarte, nos dias atuais, as Instituições da Rede Federal ocupam posição de referência educacional e se integram com a sociedade nas regiões em que estão localizadas. Os CEFET's e EAF's dispõem de ampla infra-estrutura física, laboratórios, equipamentos, bibliotecas, salas de aula e parque desportivo.

Hoje, o governo federal, através do Ministério da Educação, mais precisamente da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), que é quem coordena o ensino profissionalizante do país, já está compilando dados com o objetivo de realizar uma comemoração alusiva ao centenário da Educação Profissional no país que acontecerá no próximo ano (2009).

Portanto, nesta nova fase da educação brasileira, a Educação Profissional já ocupa um lugar de destaque, e a Educação Física, enquanto componente curricular destas mesmas Escolas pode e deve mostrar a sua real contribuição na formação integral do educando para uma verdadeira formação cidadã. Neste sentido, ela deve contribuir para a formação humana e profissional dos educandos.

2.3 Para Além da Formação do Técnico em Agropecuária

As transformações sociais que vêm ocorrendo nesta transição de séculos passam por mudanças profundas no mundo do trabalho e na vida social. A educação e particularmente a Educação Física não poderia ficar alheia a essas transformações. No mundo, em geral, uma grande inquietação domina os meios educacionais gerando reformas que preparem o homem para as novas necessidades do trabalho e da vida em sociedade. Isso significa reconhecer que para enfrentar os desafios de hoje o profissional precisa cumprir duas exigências fundamentais que seriam: ter uma sólida formação geral e uma boa educação profissional.

No que diz respeito às relações entre a Educação Básica (particularmente o Ensino Médio) e a Educação Profissional Técnica, acredita-se que uma complementa a outra, mas não concorrem entre si. Ambas podem contribuir para a formação do trabalhador cidadão. Vejamos: a Educação Básica tem como finalidade segundo o artigo 22 da atual Lei de Diretrizes e Bases – LDB: “desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável ao desenvolvimento da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. Nesta mesma LDB, em seu artigo 35, inciso II, relata que:

O Ensino Médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidade a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores.

Concorda-se com a LDB, no sentido de que o Ensino Médio possa ter uma duração superior aos três anos que são empregados atualmente, mas que de certa forma este suposto quarto ano, o aluno possa tomar um direcionamento em relação àquilo que ele pretende desenvolver em sua vida enquanto cidadão.

Com relação à Educação Profissional esta é entendida como importante veículo para que os cidadãos tenham acesso às conquistas tecnológicas da sociedade como um todo, e como instrumento para compreensão do processo produtivo de apropriação do saber tecnológico, de reelaboração da cultura do trabalho e de domínio e geração do conhecimento no seu campo profissional. Ambas, segundo o artigo primeiro da LDB devem vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Por considerar que, na nova ordem mundial, a Educação Profissional é, decisivamente, um fator estratégico de competitividade e de desenvolvimento, esta deve ter o seu devido reconhecimento e investimento. No que respeita ao nível técnico, para responder aos constantes desafios do mundo produtivo, de modo original e criativo, a educação profissional deverá formar o trabalhador polivalente, por meio de habilitações profissionais que se caracterizem como grandes blocos ou áreas profissionais.

Os profissionais que vão enfrentar o mundo contemporâneo devem estar preparados para o trabalho e para o exercício da cidadania. Não mais a formação para um posto de trabalho que prepare o homem executor de tarefas. Nesse contexto, entendemos que a Educação Física inserida na educação profissional deve auxiliar na formação do técnico-trabalhador pensante e flexível, no mundo das tecnologias avançadas, e principalmente, um cidadão pleno.

Num país como o nosso que apresenta diversidades físicas, socioculturais e econômicas marcantes, o modelo educacional tem que ser flexível. Os novos currículos deveriam atender tanto as características regionais como o mercado nacional, além de se adaptarem às exigências dos setores produtivos.

A educação deveria possibilitar condições para a atualização e o uso pleno das potencialidades pessoais em direção ao auto-conhecimento e auto-realização pessoal, e a Educação Física inserida no contexto formal da educação não pode ficar alheia a esse processo, enfatizando

quase sempre as relações inter-pessoais, buscando dar espaço para os sentimentos, afetos, cooperação e pensamento crítico, respeitando a pluralidade de opções, contribuindo dessa forma para o crescimento do aluno como pessoa.

De acordo com Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's (1999, p.67) “a Educação Física precisa buscar sua identidade como área de estudo fundamental para a compreensão e entendimento do ser humano, enquanto produtor de cultura”. Dessa forma devemos adequar nossas ações, aqui entendida como a maneira em que o corpo se apresenta diante de uma atividade prática, em perfeita harmonia com nossa mente, para que assim possamos reduzir ao máximo os comprometimentos futuros. O documento ainda destaca que o aprendizado deve ocorrer em três níveis: o procedimental, o conceitual e o atitudinal. O objetivo da Educação Física é formar indivíduos capazes de participar das atividades para assim aprenderem a exercer a cidadania, o que significa que a Educação Física é primordial para a formação de cidadãos participativos. Ainda segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's (1999, p.73) o mesmo destaca:

O aluno do Ensino Médio, após, ao menos, onze anos de escolarização, deve possuir sólidos conhecimentos sobre aquela que denominamos cultura corporal. Não é permitido ao cidadão do novo milênio uma postura acrítica diante do mundo. A tomada de decisão para sua auto-formação passa, obrigatoriamente, pelo cabedal de conhecimentos adquiridos na escola. A Educação Física tem, nesse contexto, um papel fundamental e insubstituível.

Partindo desse pressuposto, a Educação Física constitui sua área de trabalho fundamentada nas concepções de corpo e movimento. Esta visão permitiu a superação de sua condição histórica limitadora que restringia aos aspectos fisiológicos e técnicos. Hoje se considera as dimensões culturais, sociais, políticas e afetivas que devem constituir o corpo do cidadão, assumindo assim uma nova condição: a de trabalhar numa perspectiva de cultura corporal, o que amplia a contribuição da Educação Física para o exercício da cidadania.

Nesse contexto, a Educação Física escolar, para poder dar uma contribuição mais efetiva na formação da cidadania plena, deve organizar seus conteúdos considerando a riqueza da interdisciplinaridade, priorizando temas de caráter social e cultural, para que os diversos setores da população possam desenvolver atividades, acompanhadas de ações políticas reflexivas com vistas a um processo cada vez maior de participação popular na organização e nas decisões de ordem econômica, política e social.

A partir da Educação Física escolar, desafia-se a escola a interagir mais com a sociedade através de projetos múltiplos e interdisciplinares, como por exemplo: rua de lazer, ginástica na praia, no parque, na praça, passeios ciclísticos, caminhadas urbanas para que a comunidade conheça sua cidade, sua realidade e desenvolva um senso crítico face aos problemas que esta realidade apresenta.

A realidade social que requer mudanças e transformações precisa de tomada de decisões. A Educação Física, aqui entendida, principalmente, como a Ciência do Movimento tem um papel importante, como mola propulsora, na contribuição de um movimento motivador, transformador e emancipador da sociedade, na busca de uma cidadania plena, sustentada no fundamento da participação de todos os envolvidos.

Para tanto, essas questões passam fundamentalmente pelo profissional de Educação Física que deve ter consciência das habilidades necessárias para romper a visão tradicional da disciplina que na maioria das vezes foi a de ensinar o desporto e monitorar a prática do lazer. Hoje, baseado numa formação mais eclética dentro da Universidade, não permite mais, a esse profissional, restringir-se apenas a explicar de forma biomecânica os movimentos humanos nas atividades esportivas e jogos diversos.

Para a construção de uma cidadania plena, o professor pode e deve ajudar, a partir de cada atividade, a explicar as potencialidades do movimento em movimentos sociais e históricos que engendram a participação social e política para uma efetiva cidadania participativa. Assim como o

esporte, o jogo e o lazer somente fazem sentido mediante a participação, e desse modo essas atividades podem impulsionar as consciências para uma maior participação política e cidadã na sociedade atual.

É nesse sentido que percebemos a grande contribuição da Educação Física na formação cidadã, de uma pessoa que tem a oportunidade de vivenciar o contexto de uma Escola Agrotécnica Federal. Entende-se aqui, que não temos como dissociar a Educação Física do contexto de uma educação cidadã, pois, esta já faz parte do contexto da educação formal.

Para Lopes (2007, p. 119):

a experiência de estudar numa Escola Agrotécnica Federal é fantástica. Jovens, a partir dos 14 anos de idade, saem de suas casas [...] São inseridos num ambiente onde se desligam das identidades de origem, para construir uma visão plural de mundo, formatada pela diversidade de pessoas com quem convive [...]

Nessa visão plural de mundo a que se refere o autor, e entendendo que a cidadania implica numa luta ferrenha dos seres humanos para serem mais reconhecidos, no tocante aos seus direitos e deveres, não vemos como dissociar a Educação Física e Formação Técnica Cidadã, uma está intimamente ligada à outra, desde que o professor realmente esteja consciente da sua importância e responsabilidade na consecução dos seus objetivos propostos. Para melhor entender a Educação Física dentro dessa conjuntura sugere-se conhecer um pouco do processo histórico que vem percorrendo este componente curricular.

2.4 Breve Histórico da Educação Física

Desde as mais remotas datas, a atividade física desempenhou um papel de inegável relevância para a sobrevivência da espécie humana que nos primórdios de sua civilização, necessitava e utilizava, convenientemente, a força e a habilidade física para garantir sua existência.

A utilização da força e da habilidade se dava, nesse caso, de acordo com as necessidades naturais do homem, seja através de conflitos gerados em torno das disputas por território, travando luta corporal com tribos hostis ou fugindo das mesmas, seja na necessidade de atravessar rios, escalar montanhas e árvores em busca de alimentos, seja arremessando pedras ou objetos similares para se defender de um animal selvagem, enfim, natural e cotidianamente, o homem exercitou-se e continua se exercitando de forma despercebida ou conscientemente planejada em sua vida.

Logo o homem percebeu a importância do seu vigor físico e mesmo com seu modesto conhecimento, buscou melhorá-lo, pois a necessidade de treinar o movimento foi uma atividade vital para a sua subsistência. “O caçar, pescar, correr, saltar, nadar, etc; foram atividades que, como conhecemos quando estudamos história, o homem teve que desenvolver para viver” LÓPEZ (2000, p.1).

Um pouco mais evoluído, o homem buscou, além do aperfeiçoamento do exercício físico, a confecção de instrumentos que lhe proporcionaram mais segurança e menos esforço na execução das tarefas para atingir suas metas, como a criação do arco e flecha, lanças e outros utensílios que serviam tanto para vencer os inimigos como para capturar uma caça.

Dessa forma, o exercício físico tomou outro caráter com o surgimento de guerras de conquistas, tanto com fins terapêuticos na recuperação dos feridos, como na preparação de soldados para a guerra. Os líderes de cada povo percebiam a necessidade de preparar seus homens para batalhas onde apenas os mais fortes e de melhor condicionamento físico, tinham reais chances de sobreviverem e garantirem a segurança de sua nação.

Refletindo um pouco melhor sobre nossa condição humana, conclui-se que a atividade física implícita através da competição é fundamental para sobrevivência e qualidade de vida.

O termo competição em sua própria grafia denota ação (competir + ação) Michaelis (2002,

p.546). Essa ação pode ser destrutiva, como em casos de conflitos étnicos e bélicos ou, por outro lado, ganha um sentido sadio e lúdico, como por exemplo, o que é difundido pelo esporte.

Mais uma vez destaca-se que é inegável a existência dos jogos competitivos, pois naturalmente existem os chamados jogos sociais. Suprimir os jogos do nosso convívio seria o mesmo que negar acontecimentos fundamentais dos princípios da civilização.

De forma natural e histórica, a competição se fez presente no cotidiano do homem, mas em geral, de forma organizada e com fins lúdicos; ela foi paulatinamente acontecendo e constantemente aperfeiçoada, como os jogos olímpicos, por exemplo, que datam de 776 a.C., época em que eram realizados em homenagem a Zeus na cidade grega de Olímpia.

É interessante observar que os jogos olímpicos, solenes em toda a Grécia, além de realizarem provas de atletismo, lutas e outras que exigiam bastante esforço físico, promoviam também concursos artísticos como canto, poesia e concurso de oratória, talvez pelo fato de a filosofia na antiguidade grega, como aborda Pinto (2002, p.22) ter repellido “a atividade prática material, particularmente o trabalho, ao considerá-lo como uma atividade indigna dos homens livres e própria dos escravos.”

A assertiva acima é fruto de uma visão que denota uma certa depreciação em relação à atividade física, pois a considera indigna, relacionando-a ao trabalho escravo e em contrapartida, enaltece a atividade contemplativa e intelectual dos homens livres. Tal concepção denota a existência de preconceitos que ainda hoje vêm permeando e estigmatizando a Educação Física.

A história do Brasil também nos revela a existência de preconceitos oriundos de uma sociedade escravocrata sobre a atividade física que também era vista como indigna ao homem livre, por também ser associada ao trabalho braçal realizado pelos escravos. “O branco livre não se imaginava exercendo uma profissão que lhe exigisse ocupação manual. O chefe de família digno não trabalhava: vivia de rendas ou da exploração parasita do trabalho dos outros”. COSTA (1999, p.168).

Assim, a Educação Física sobreviveu marginalizada pela visão preconceituosa do Brasil-Colônia, sendo, em seguida, já no Brasil-Império, influenciada por instituições militares e pela medicina que lhe deram um cunho higienista, militar e de aspirações patrióticas.

Essa fase da Educação Física é bem detalhada por Castellani (1994, p.34) quando diz estar a história da Educação Física no Brasil se confundindo em muitos de seus momentos com a dos militares, o que justifica, a forte presença destes na formação dos primeiros professores civis de Educação Física.

Por um bom tempo, a ginástica, como era chamada a Educação Física, nas primeiras décadas do século passado, foi ministrada por militares propagadores do ideário higienista e eugênico, e nesses termos tínhamos uma Educação Física militarista, onde se destacava o esforço físico como maneira de preparar o aluno ao cumprimento dos seus deveres para a defesa da nação.

Em se tratando do caráter higienista, Castellani (1994, p.39) denuncia que:

A Educação Física no Brasil, desde o século XIX, foi entendida como um elemento de extrema importância para o forjar daquele indivíduo “forte”, “saudável”, indispensável à implementação do processo de desenvolvimento do país que, saindo da sua condição de colônia portuguesa, no início da segunda década daquele século, buscava construir seu próprio modo de vida. Contudo, esse entendimento, que levou por associar a Educação Física à Educação do Físico, à Saúde Corporal, não se deve exclusivamente nem tampouco prioritariamente, aos militares. A eles nessa compreensão, juntavam-se os médicos [...]

A intenção, que chega a ser doentia, de se criar uma geração saudável é levada ao extremo pelos defensores do aprimoramento da raça através de uma visão preconceituosa e um comportamento literalmente excludente concretizado inclusive, em Decreto.

Como exemplo, “o Decreto de nº. 21.241 (art. 27, letra B) e item 10 da Portaria nº. 13 de 16 de fevereiro de 1938 que vetavam a matrícula em estabelecimento de ensino secundário àqueles considerados fora do padrão e cujo grau patológico os impedissem de frequentar as aulas de

Educação Física”. (CASTELLANI, 1994, p.86).

Dentro deste ponto de vista, percebe-se quão discriminatória era a Educação Física em relação à pessoa que nascia com qualquer deficiência congênita, por mais insignificante que fosse.

Nesses moldes, a Educação Física ganha aceitação por ser vista como importante ferramenta no melhoramento da raça, por preparar homens para as guerras, por através de uma ginástica adequada às mulheres, contribuir para a geração de boas reprodutoras ou mães saudáveis; por proporcionar ludicidade restrita à classe dominante, pequena minoria da sociedade que a valoriza enquanto instrumento para o preenchimento do seu ócio ou tempo livre.

Essa concepção de lazer, praticamente não é usufruído pela grande maioria das pessoas que têm quase todo o seu tempo preenchido pela extensa jornada de trabalho, mantendo ou sustentando com isso, não só a si, mas aqueles que dispõem do referido tempo livre, seus patrões, que preenchem sua ociosidade com atividades lúdicas em clubes de caro acesso que, também por isso, são inacessíveis à classe trabalhadora, sendo freqüentados, obviamente, pela classe dominante apenas.

O tempo livre da classe trabalhadora é muito curto para a prática de atividades lúdicas e sua remuneração insuficiente para o acesso a esse bem, que é o lazer e que deveria ser disponibilizado a todos pelo estado.

Em suma, os representantes das camadas menos favorecidas da sociedade, mesmo com ocupação profissional, não têm recursos financeiros suficientes para freqüentarem clubes, academias e/ou similares, pois existem prioridades financeiras em sua vida, como vestir-se, alimentar-se, enfim, sua remuneração é exígua, assim como é exíguo o tempo livre que lhe sobra da jornada de trabalho.

Com a evolução natural da história da humanidade e suas necessidades básicas manifestadas e/ou reivindicadas, embora lentamente conquistadas, percebe-se, que no progresso industrial, especificamente o da Inglaterra, o esporte tornou-se acessível às classes trabalhadoras inglesas em decorrência de conquistas como a redução da jornada de trabalho por volta de 1870. Foi então que se deu grande proliferação de clubes desportivos e organizações distritais.

Segundo Pimenta e Libâneo (1992, p.53):

No Brasil, especificamente nas quatro primeiras décadas do século XX, foi marcante no sistema educacional a influência dos Métodos Ginásticos e da Instituição Militar. Ressalta-se que o auge da militarização da escola corresponde à execução do projeto de sociedade idealizado pela ditadura do Estado Novo⁴.

Contudo, após a Segunda Guerra Mundial que coincide com o fim da ditadura do Estado Novo no Brasil, surgem outras tendências disputando espaço com essa supremacia no interior da instituição escolar. Destaca-se a influência do esporte que, no período do pós-guerra, apresenta um grande desenvolvimento, afirmando-se paulatinamente em todos os países como elemento predominante da cultura corporal.

A prática de esportes, porém, ganha popularidade por um lado, a exemplo o futebol, sendo elitizada e excludente por outro, como o caso do remo inglês, abordado por McIntosh apud Betti (1997, p.18) ao relatar que:

O órgão dirigente do remo [...] determinou, em meados do século XIX, que ninguém poderia ser considerado remador amador se fosse, ou tivesse sido, por ocupação ou emprego pago, mecânico, artesão ou operário, as regras do amadorismo eram uma arma de classe, com as quais as camadas superiores excluía os trabalhadores de vários tipos de esporte.

4 Regime político altamente autocrático, onde o poder era centralizado nas mãos do Presidente da República.

O valor dos acessórios de algumas modalidades esportivas como o tênis, por exemplo, é também uma barreira que quase sempre existiu e que permanece na atualidade como fator de exclusão da classe menos favorecida da sociedade no meio esportivo.

Ainda sobre a questão do esporte Pimenta e Libâneo (1992, p.54) ressaltam:

Outras determinações do esporte podem ser observadas nos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, os quais serviram para o reordenamento da Educação Física escolar. Esses princípios são advogados também no âmbito da pedagogia tecnicista muito difundida no Brasil na década de 70. Os pressupostos dessa pedagogia advêm da concepção de neutralidade científica e reforçam os princípios mencionados no âmbito mais geral do processo de trabalho escolar, fazendo-o objetivo e racional. Exemplo disso é a divisão das turmas por sexo, respaldada inclusive pela legislação específica, o decreto nº 69.450/71.

Darido (2003, p.3) argumenta que:

O modelo esportivista é muito criticado pelos meios acadêmicos, principalmente a partir da década de 80, embora esta concepção esteja presente na sociedade de maneira quase hegemônica. É nesse momento que a Educação Física passa por um período de valorização dos conhecimentos produzidos pela ciência. A discussão do objeto de estudo da Educação Física, a abertura de programas de mestrado na área, a volta de inúmeros profissionais titulados nos principais centros de pesquisa do mundo, a confirmação da vocação da Educação Física para ser ciência da motricidade humana, adicionados a um novo panorama político-social resultante da abertura, contribuem para que seja rompida, ao menos no nível do discurso, a valorização excessiva do desempenho como objetivo único na escola.

É interessante observar como as atividades físicas e/ou práticas corporais enfim, a Educação Física, dentro de cada época foi sendo naturalmente absorvida e questionada pela humanidade enquanto elemento indispensável a sua sobrevivência sendo, portanto, quase inconscientemente assimilada enquanto fator determinante na melhoria da qualidade de vida, o que permitiu a regulamentação da profissão que se dá pelo reconhecimento que é conferido à mesma, considerando dentre outros fatores, sua importância, seu valor e sua contribuição social.

A regulamentação da profissão de Educação Física foi concretizada através da Lei Federal nº 9.696 de 1º de Setembro de 1998 que criou o Conselho Federal de Educação Física - CONFEF e os Conselhos Regionais de Educação Física - CREF's.

Percebe-se, contudo, o demorado reconhecimento do valor da Educação Física para a sociedade, uma vez que só tardiamente parece ser emancipada, convergindo para o contexto social o teor da sua real importância.

Segundo Barros (2000, p.107), referindo-se ao manifesto mundial da Educação Física, realizado no ano de 2000, salienta que:

Exercitar-se [...], não é modismo passageiro. A atividade física, o exercício físico e mesmo o esporte, não se destinam somente aos atletas, nem são luxo de grupos privilegiados. Eles são direitos dos cidadãos definidos na Constituição e caracterizam-se num meio efetivo para a conquista de um estilo de vida ativo dos seres humanos, reconhecendo-o como importante fator para a qualidade de vida de toda população.

A Educação Física pode ser entendida como uma prática sócio-cultural com influência no processo de construção da cidadania dos indivíduos. Enquanto disciplina curricular reúne um rico patrimônio cultural tanto de dimensão universal (esportes e ginásticas institucionalizadas), quanto particulares (jogos e brincadeiras populares, esportes locais, dentre outros).

A contribuição social que a Educação Física proporciona à sociedade como um todo, ganha amplitude, pois corresponde a uma qualidade de vida tão valiosa e necessária que não se restringe a minorias privilegiadas da sociedade, mas, para o cidadão como um todo, conforme está se abordando no decorrer deste estudo dentro de cada tópico específico, mostrando dessa forma a relevância de cada momento.

Sabendo que a Educação Profissional possui como um dos objetivos, garantir ao cidadão o direito ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social, a Educação Física dentro da Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim, não pode ficar de fora desse contexto, mas sim dar sua parcela de contribuição na formação desses jovens enquanto formadores de opinião nos respectivos Cursos Técnicos em atuam.

2.5. A Educação Física na Escola e as Influências Militares

Em se tratando da introdução de exercícios físicos nos currículos escolares, pode-se dizer que tal prática já era concebida há mais de dois séculos. Esse é o tempo e o espaço da formação de sistemas nacionais de ensino característicos da sociedade burguesa daquele período. Sobre essa questão Pimenta e Libâneo (1992, p.52) explicitam que:

A preocupação com a inclusão dos exercícios físicos nos currículos escolares remonta ao século XVIII com Guths Muths (1712 - 1838), J. B. Basedow (1723 – 1790), J. J. Rousseau (1712 – 1778) e Pestalozzi (1746 – 1827). Contribui para essa inclusão, o surgimento na Alemanha, das Escolas de Ginástica (Turnvereine) já no século XIX (LANGLADE e LANGLADE, 1970, p. 17-31).

Os exercícios físicos passaram a ganhar aceitação nas escolas, em decorrência da construção de uma nova sociedade; a sociedade capitalista que buscava homens adestrados, considerando que, conforme ainda acrescentam os autores (1992, p.51): “Para essa nova sociedade, tornava-se necessário “construir” um novo homem: mais forte, mais ágil, mais empreendedor.”

O capitalismo exige mão-de-obra treinada e mais adequada ao seu crescimento, pois, como Gallardo (1997, p.18) argumenta:

Ao se conceber a necessidade de construir um homem forte, ágil, e mais empreendedor (a mão-de-obra necessária para a expansão do capitalismo) e de se equipar aquela massa de despreparados e desocupados, crescentes nas zonas urbanas, implantou-se a Educação Física nas escolas: em alguns estados entre 1910 e 1934, e obrigatória em todo o território nacional a partir de 1937. Tinha-se o entendimento de que a força física transformava-se em força de trabalho.

Portanto, o ensino da Educação Física no Brasil fundamentou-se em experiências de escolas militares, onde “A preponderância da performance e a necessidade de se formar homens e mulheres sadios dispostos ao trabalho foi por muito tempo, o principal foco no desenvolvimento das práticas pedagógicas dentro da educação física brasileira” (PAIM, 2002, p.158).

Diante desse contexto, percebe-se que a Educação Física escolar tem sido desvirtuada de sua principal função pedagógica e, carregada de influências militares e higienistas, esteve ao longo do tempo, preparando fisicamente mão-de-obra para o mercado de trabalho. Tais influências militares sobre a Educação Física, encontraram respaldo nas políticas educacionais ocorridas ao longo da história do Brasil.

No período compreendido entre 1937 – 1945, foi implantado sob o governo Getúlio Vargas, o Estado Novo, regime político altamente autocrático, onde o poder era centralizado nas mãos do Presidente da República, que em seu comportamento ditatorial, suprimia a vontade da população.

Com a atuação de representantes da política autoritária no Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública, fundado por Vargas no referido Estado Novo, é criada a Divisão da Educação Física - DEF, subordinada ao Departamento Nacional da Educação Física - DNEF, conforme Faria Jr. (1988, p.16) relata:

A criação da DEF foi o primeiro fato marcante no processo de distanciamento da Educação Física das outras áreas da educação. Evidentemente a implantação da divisão já constituía uma ação estratégica vinculada ao processo de evolução no sentido da criação do Estado Novo, cujos ideólogos viam na Educação Física um auxiliar poderoso para o fortalecimento do estado e um possante meio para o aprimoramento da raça, um dos pontos importantes do ideário. Isto pode explicar, talvez, o destaque que a Educação Física recebeu, pela primeira vez numa constituição brasileira.

Dessa forma a criação do Estado Novo traz em seu bojo um projeto de sociedade e educação submissas, onde a militarização tem forte influência e marcante presença na formação dos cidadãos, uma vez que, conforme argumentam Pimenta e Libâneo (1998, p.53) “constrói-se, nesse sentido, um projeto de homem disciplinado, obediente, submisso, profundo respeitador da hierarquia social”

Até o final da segunda guerra mundial, quando também ocorre o final da ditadura do Estado Novo, as aulas de Educação Física não eram ministradas por professores e sim por instrutores que na verdade ministravam instruções físicas militares e métodos ginásticos.

No entendimento de Darido (1992, p.2):

No modelo militarista, os objetivos da Educação Física na escola eram vinculados à formação de uma geração capaz de suportar o combate, a luta, para atuar na guerra, por isso era importante selecionar os indivíduos “perfeitos” fisicamente, excluir os incapacitados, contribuindo para uma maximização da força e do poderio da população.

Portanto, na atualidade, a rigidez percebida no comportamento de alguns Professores de Educação Física ao ministrarem suas aulas é, possivelmente, resquício da influência militar que fundamentou o ensino da Educação Física no Brasil.

Um outro forte exemplo relacionado ao cunho militarista é a questão de os professores organizarem as atividades em longas filas. Darido (2003, p.39), argumenta que:

Este procedimento não considera o próprio conceito de aprendizagem motora [...] Ora, por que permanecer tanto tempo em longas filas, se desta maneira a aprendizagem de movimentos é dificultada? [...] Tais resultados mostram a importância de se considerar o contexto histórico-cultural da Educação Física, uma vez que o procedimento “fila” tem uma relação bastante íntima com a fase militarista da Educação Física.

A atuação dos instrutores militares deu à Educação Física um caráter utilitarista e reforçou a visão dualista de homem que foi contestada e repensada ao final da década de 70, com a chegada ao Brasil da psicomotricidade que conforme Soares et al apud Gallardo (1997, p.21) colocam, “Nesse pensamento privilegia-se o desenvolvimento psicomotor. Centram-se suas orientações no desenvolvimento das estruturas psicomotoras de base: coordenação motora, equilíbrio, lateralidade, organização espaço-temporal e esquema corporal”.

A Educação Física no Brasil tem aos poucos, conquistado seu espaço e, embora carente de renovações, ganhou e tem ganhado novos enfoques que contribuem para seu crescimento, como a psicomotricidade, e a promulgação da LDB nº 9394/96, lei que inclui a Educação Física no Ensino Médio enquanto componente curricular, embora não a estenda, obrigatoriamente, aos cursos

noturnos como é percebido em seu artigo 26, parágrafo 3º. que diz o seguinte: “A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da educação básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos”.

Embora seja a LDB um amparo legal, percebe-se, no fato de a Educação Física não ser obrigatória nos cursos noturnos da educação básica, uma certa falta de prioridade em relação às demais disciplinas, por ser ela, a única com essa restrição.

Abre-se com essa discussão, a necessidade de uma maior reflexão para uma melhor valorização e aproveitamento da Educação Física.

Outro amparo legal que gera reflexões sobre a ação pedagógica da Educação Física é fruto da resolução nº 3 de 26 de junho de 1998, da Câmara de Educação Básica - CEB, do Conselho Nacional de Educação - CNE, que busca tratar das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – DCNEM, abordando três áreas de conhecimento para o Ensino Médio através da divisão do conhecimento escolar em Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, onde está inserida a Educação Física; Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias e por fim, Ciências Humanas e suas Tecnologias.

Trata-se aqui dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's. Nesses, há o reconhecimento de que os professores de Educação Física tiveram, em sua formação, experiências e uma bagagem de conhecimentos alicerçada, majoritariamente, nos conteúdos de ordem técnica (disciplinas esportivas) e que esse fato se deu, entre muitas causas, pela confusão do ambiente esportivo-competitivo com o escolar-educacional, fruto de um contexto histórico que quis elevar o país à categoria de nação desenvolvida às custas de seus sucessos no campo dos esportes.

Portanto, baseado na afirmação acima, e considerando a formação que obtiveram aqueles professores, até então, o que predomina nas escolas é a idéia de que a aula de Educação Física é um espaço para treinamento e aperfeiçoamento das habilidades esportivas.

É nessa fase da história, anterior à elaboração dos PCN's, que o rendimento, seleção dos mais habilidosos, os fins justificando os meios está mais presente no contexto da Educação Física na escola. Os procedimentos empregados nesta fase são extremamente diretivos, o papel do professor é bastante centralizador, e a prática torna-se uma repetição mecânica dos movimentos acrícos.

Entretanto, as competências e habilidades apresentadas pelos PCN's, dentre outras questões, propõem que os alunos possam demonstrar autonomia na elaboração de atividades corporais, assim como capacidade para discutir e modificar regras, reunindo elementos de várias manifestações de movimento e estabelecendo uma melhor utilização dos conhecimentos adquiridos sobre a cultura corporal. Em síntese, os PCN's propõem, de maneira direta, formas de atuação que proporcionarão o desenvolvimento da totalidade dos alunos e não só dos mais habilidosos.

Assim, o educador deve buscar em suas atividades didático-pedagógicas, a socialização da aprendizagem, evitando a exclusão de alunos com menos habilidades e/ou mais dificuldades de assimilar determinados conteúdos, mesmo porque, essas referidas dificuldades podem ser fruto de uma pedagogia inadequada, considerando ainda que problemas dessa ordem devem ser encarados como desafios educacionais a serem trabalhados e superados pelo educador. O problema é quando o profissional em Educação Física desenvolve uma prática equivocada em um ambiente que necessita dele enquanto educador. É o que argumenta Paim (2002, p.159):

No Brasil, a Educação Física a nível escolar ‘retrata um perfil comportamentalista’, onde a utilização de técnicas diretivas afastam-na dos ideais humanistas. E que há uma excessiva preocupação com a perfeição técnica na execução dos gestos esportivos, onde os alunos são encarados como atletas e não como pessoas.

Esse quadro, que denota um preocupante desvirtuamento da Educação Física escolar, tem sofrido algumas mudanças proporcionadas pela força crítica de profissionais da área que, em suas produções científicas, têm denunciado problemas dessa ordem, ao tempo em que apontam soluções

para os mesmos. A Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim vem procurando enfatizar a questão humanista, em relação à prática da Educação Física, de maneira que todos os alunos possam vivenciar, a maioria das atividades independente das suas habilidades, principalmente nas questões ligadas às competições esportivas na escola.

2.6 A Competição Esportiva na Escola

A questão da competição esportiva no ambiente escolar traz inquietações que remetem a uma importante reflexão sobre o caráter pedagógico da Educação Física escolar. Essa é uma questão que gera ou favorece uma bifurcação de ordem didática conduzida pelo perfil de ação do professor, como melhor esclarece Taffarel (1985, p.12) ao mencionar que “No que diz respeito à educação física nas escolas, identificam-se claramente duas concepções, demonstradas por professores, que norteiam as decisões no processo de ensino-aprendizagem”.

As concepções aqui tratadas estão diretamente relacionadas às metas traçadas pelo professor, ou seja, sua atuação seria uma determinante de seu perfil profissional que o enquadra numa tendência humanista ou tecnicista, uma vez que o mesmo estaria atuando como educador ou como técnico.

Uma das referidas concepções ainda é abordada por Taffarel (1985, p.12) que a descreve como sendo um “ensino determinantemente formal, técnico, caracterizando-se como um ensino centrado nos conteúdos, predominando o caráter competitivo e valorizando-se os resultados, sem o devido questionamento de como os mesmos foram atingidos”.

A outra opção vai além dessa concepção elitista em que é percebida uma prática discriminante. Ao contrário, aponta uma Educação Física popular preocupada em atender as necessidades de todos, acrescentando assim, que “a educação física nas escolas seria orientada, predominantemente, segundo princípios educativos e recreativos”. Essa concepção traz em sua essência, a valorização do caráter pedagógico inerente à Educação Física, agora respaldada legalmente enquanto disciplina, diferentemente do que era, conforme caracteriza Tibeau (2002, p.34) “Presa a um modelo tecnicista de educação, a educação física sempre esteve às margens do universo escolar, encarada apenas como atividade e não como disciplina curricular que possui conhecimentos a transmitir”.

No entanto, antes mesmo de a Educação Física ter sido concebida legalmente como componente curricular pela LDB em 1996, sua importância pedagógica já era amplamente percebida, discutida e divulgada por diversos autores como Pereira (1988), Castellani (1994), Taffarel (1985), Freire (1994) e Ghiraldelli (1994), dentre outros inconformados com a desvalorização e/ou desvirtuamento sofrido pela Educação Física no contexto educacional.

Para Pereira (1988, p.111), por exemplo:

A Educação Física é a educação corporal, via exercitação física, realizada necessariamente sob o prisma pedagógico, de unicidade sócio-biológica, que pelo desenvolvimento e treinamento de habilidades motoras e qualidades físicas, psíquicas e morais visa à plena elevação cultural, harmoniosa e integral do homem. Dialeticamente, a educação física é um meio para a realização humana.

Apesar das relativas mudanças, o fato de o referido prisma pedagógico ainda não se fazer completamente presente em todos os ambientes escolares onde aulas de Educação Física são ministradas, havendo em contrapartida, a priorização de conceitos competitivos, é uma realidade que sabemos existir e persiste principalmente porque, como Bracht apud Gariglio (2002, p. 71-72) destaca:

O processo de enraizamento da EF na escola emerge nos séculos XVIII e XIX e esteve sustentado no pressuposto do desenvolvimento da aptidão física e da sua relação com a preparação das forças produtivas para o mundo do trabalho, na necessidade de uma educação docilizada do trabalhador, de uma educação para a saúde e da legitimação e reprodução do esporte na sociedade moderna, ou seja, a legitimidade que o fenômeno esportivo conferia, então, à educação física.

Entretanto, percebe-se que esse quadro tem mudado e dentre outros fatores que delineiam essa mudança, está a evolução técnico-científica, por que passa a sociedade, influenciando também os profissionais de Educação Física que precisam repensar sua prática para acompanhar tal evolução. A esse respeito, entende-se que a aptidão física é cada vez menos importante como determinante para a produtividade no trabalho, este entendido apenas como trabalho braçal, pois estamos na era do trabalho intelectual. O que é necessário é diminuir o estresse psíquico do trabalho por meio de uma ginástica que relaxe, uma vez que a aptidão física, no sentido da força/capacidade física de produzir, não é mais prioritária.

Uma ginástica que relaxe não pode gerar a tensão de uma competição esportiva, pois onde existem vencedores e perdedores, conseqüentemente existirão satisfeitos e insatisfeitos, uma vez que não há espaço para todos no pódio, assim, o resultado agradará a um indivíduo ou a um pequeno grupo de indivíduos, exclusivamente os mais habilidosos, portanto, há uma grande diferença entre uma ginástica que relaxa e uma competição.

Como coloca Freire (1997, p.152):

Em relação aos jogos infantis, uma das características que os têm marcado, nas formas assumidas na escola e na iniciação esportiva, é a supervalorização do vencedor em detrimento dos perdedores. A começar pela discriminação que sofrem todos aqueles que, na escola, são incapazes de vencer, quando se trata de selecionar elementos para representar a instituição em eventos esportivos. Depois, durante os encontros competitivos, internos ou intercolégiais, premiam-se apenas os vencedores, ignorando-se a existências dos que obtêm colocações inferiores.

Dessa forma, professores realmente preocupados com o desenvolvimento das características humanas, ao invés de tentar eliminar o caráter competitivo dos jogos, deveriam procurar compreendê-lo e utilizá-lo para valorizar as relações. Sparkes (1987, p.146) refere-se à competição como “um encontro social entre dois ou mais indivíduos no qual existe um embate consciente por um objetivo comum que culmina no estabelecimento da supremacia de um dos lados”.

Naturalmente, quase sempre haverá um lado insatisfeito em competições como é percebido na grande maioria das vezes entre aqueles que não atingem a vitória, diante disso, não há também uma orientação e/ou apoio aos alunos/atletas objetivando encorajá-los e valorizá-los, evitando problemas com a auto-estima.

Os alunos considerados melhores, mais hábeis, mais aptos, são despreparados psicologicamente para encarar resultados indesejáveis que existirão para um dos lados que se confrontam e almejam atingir a mesma meta no processo de competição esportiva.

A insatisfação e problemas de auto-estima passam a existir, não só entre os alunos menos habilidosos, excluídos das competições esportivas, mas entre aqueles considerados melhores, que ao participarem de campeonatos, não obtendo êxito na participação, têm dificuldade de administrar a derrota, por não estarem preparados para outro resultado que não seja a vitória e dessa forma, sentem-se envergonhados e às vezes até ofendidos.

Percebe-se o efeito estressante sofrido pelos alunos habilidosos ou não, causado pela exacerbação da competição esportiva no ambiente escolar. Brotto (1997, p.69-124), sugere o uso de jogos cooperativos como uma força transformadora e alternativa, uma vez que são divertidos para todos e todos têm um sentimento de vitória, criando alto nível de aceitação mútua, enquanto os

jogos competitivos são divertidos apenas para alguns, a maioria tem sentimentos de derrota e é excluída por falta de habilidades.

Permanecendo ainda nesse enfoque, Darido (2003, p.70) coloca o seguinte relato:

A participação quase maciça dos alunos nas aulas é o fruto de procedimentos que atenuam o rigor na exigência do desempenho motor. Em outras palavras, quando os professores se preocupam excessiva e exclusivamente em obter o rendimento máximo dos alunos, aqueles com menos condições sentiam-se despreparados e, portanto, desmotivados a participarem das aulas.

O prisma pedagógico que dá à Educação Física um caráter de elevação plena e harmoniosa da cultura do homem, contribuindo para seu crescimento integral, sem distinção de suas capacidades e/ou habilidades motoras, é encontrado na Educação Física escolar que promove a participação do corpo discente em sua totalidade, enquanto mecanismo educativo. Nesse sentido, segundo Guimarães et al, (2001, p.17), o professor em sua prática profissional desenvolve:

Através das aulas, atitudes de respeito mútuo, dignidade, solidariedade, afetividade e coletividade, além de estabelecer relações equilibradas e construtivas entre os alunos, fazendo-os reconhecer e respeitar características físicas e de desempenho de si próprio e dos outros, sem haver qualquer tipo de discriminação, seja ela de caráter pessoal, físico, sexual ou social.

De posse desse conhecimento que vem elucidar o papel da Educação Física escolar, chegamos à essência do ato educativo, assim compreendido e socializado por Taffarel (1985, p.2) ao sublinhar que:

A essência do ato educativo estaria [...] no confronto de educando e educador com os meios da educação física (a exercitação, o jogo, a dança, o rendimento) e nas conseqüências decorrentes de situações onde as idéias de todos são bem-vindas, onde a divergência é admitida, onde o respeito a opinião dos outros e a liberdade, com responsabilidade, é incentivado, cada qual define seu objetivo, elege como atingi-lo e o avalia em função de critérios desenvolvidos por si mesmos e em comum acordo.

Sendo esse o ambiente vivido na e pela Educação Física escolar, percebe-se que é delicada a inclusão da competição esportiva no ambiente escolar, principalmente pelo seu caráter excludente. Este, por sua vez, gera a insatisfação conforme denuncia Ferreira (2000, p.97) ao dizer que dada “a vitória como objetivo principal da competição, é muito pouco provável que aqueles que nunca conseguem vencer uma prova de corrida, de salto ou um jogo sintam prazer em participar de atividades competitivas”.

Nesse contexto percebe-se que a derrota em competições esportivas acaba gerando um obstáculo à participação do aluno em futuras competições, podendo ocasionar inclusive, seu distanciamento das atividades físicas em geral e das aulas de Educação Física.

É de extrema importância que o professor não confunda os papéis em sua prática e valorize a participação de todos os seus alunos indistintamente, uma vez que todo ser humano tem a necessidade de satisfação em determinada atividade que executa, e para isso o professor, enquanto educador, tem papel fundamental na realização dessa oportunidade. Dessa forma, destaca Paim, (2002, p.160):

O papel do professor de educação física assume uma importância muito grande na

construção de um novo saber esportivo, mais humanista e crítico, que realmente contribua para um modelo de sociedade democrática, mais justa e solidária e que efetivamente proporcione ao aluno o exercício pleno da cidadania.

Não se pretende com essa discussão, desvalorizar ou pregar a extinção do esporte, mesmo porque, é este, um dos principais conteúdos da Educação Física, mas destaca-se aqui a forma como ele vem sendo repassado na escola, enfatizando e/ou priorizando a competição no ambiente escolar, indo de encontro aos procedimentos didático-pedagógicos norteadores de uma sociedade mais justa e igualitária.

O relato de Rangel-Betti (1999, p.37) descreve claramente como se deu o processo de primazia da competição esportiva na educação física escolar, ao relembrar sua vivência enquanto aluna:

[...] recordo-me do tempo em que o esporte foi introduzido na escola. As aulas de ginástica diminuíram sensivelmente e, em seu lugar, passamos a aprender noções dos fundamentos esportivos, mas ainda havia a preocupação de que todos os alunos aprendessem, ou pelo menos participassem ativamente das aulas. Aos poucos esta preocupação foi desaparecendo e, em seu lugar, os melhores iam sendo contemplados, ganhando horários especiais para ‘treinar’ – as chamadas ‘turmas de treinamento’.

A autora também acrescenta, reforçando seu ponto de vista sobre esse percurso pedagógico percorrido pela Educação Física, iniciando com a introdução do esporte na escola até os dias de hoje, onde a Educação Física passou a centrar-se no “aluno-atleta” e o professor assumiu o papel de “professor-técnico”.

É oportuno destacar a prática pedagógica de professores que ministram a disciplina Educação Física escolar e fazem de suas aulas uma espécie de vestibular desportivo, onde os mais habilidosos são congratulados e passam a integrar uma equipe de elite esportiva da escola. Já os alunos menos habilidosos e que são a grande maioria, serão excluídos do seleto grupo que representará a escola em torneios e competições esportivas frente a outras instituições de ensino, caracterizando dessa forma, uma Educação Física elitista. Nessa concepção Taffarel (1985, p.12) menciona que:

Em uma concepção elitista da Educação Física, somente os considerados mais capazes ou mais dotados é que teriam oportunidade de demonstrar seus talentos, treinar suas habilidades e capacidades e assim demonstrar serem os mais velozes, mais altos e mais fortes. Os menos capazes seriam relegados a um segundo plano, como se não lhes fosse dado direito de valerem-se dos benefícios da Educação Física.

Não se discute aqui ou se pretende reprovar a participação de escolas em competições esportivas, ao contrário, quando bem trabalhada, é esta uma questão salutar que eleva a auto-estima do aluno ao tempo em que fortalece sua cidadania no momento em que ele cumpre deveres e reconhece os seus direitos e também o dos outros no confronto com equipes que disputam o mesmo título.

No entanto, o problema que se apresenta é a lacuna gerada pela dedicação do professor aos treinamentos dos alunos mais habilidosos, ficando os pouco habilidosos sem uma atividade que possa suprir a sensação de exclusão e o fortalecimento de sua cidadania.

Ao se destacar valores inerentes à cidadania e à superação de processos excludentes vividos na escola, percebe-se a necessidade de um maior grau de comprometimento do professor que deverá, através da sua prática pedagógica, proporcionar mudanças qualitativas no processo de ensino-aprendizagem.

Entretanto, muitos dos velhos problemas ainda persistem, agora com nova roupagem ou simplesmente mantidos abertos e sem disfarces, como acontece com os desfiles cívicos em comemoração à Proclamação da República, que retratam uma discriminação escancarada e arraigada nas escolas que usam o corpo discente, especialmente os estudantes que nas aulas de Educação Física destacam-se como atletas, para representá-las solenemente em tais desfiles, perante a sociedade.

A participação das escolas nos referidos desfiles se dá, através da seleção dos alunos e alunas mais apresentáveis e/ou menos feios, mais brancos e menos negros, mais altos e menos baixos, mais fortes e enfim, que melhor representem a instituição de ensino onde estudam, que por sua vez, têm a honra de estar representando o Brasil, não um Brasil de milhões de famintos que vivem abaixo da linha da pobreza, mas um país de homens robustos e saudáveis, vistos como modelo físico da nação. Por essa razão, as escolas escondem seus alunos subnutridos, raquíticos e apáticos que nas aulas de Educação Física não possuem coordenação motora, não sabem marchar e não têm vigor físico, conseqüentemente são excluídos dos referidos desfiles comemorativos ou no mínimo, distanciados da comissão de frente.

Convivemos com essa hipocrisia, com essa falta de sensatez e sensibilidade, mas como educadores podemos e devemos contribuir para a superação dessa educação eugênica, mantenedora do *status quo* e eternizadora das desigualdades sociais. Enquanto proposta de solução para tal problemática, Arroyo apud Sousa e Altmann (1999, p.1) faz a seguinte recomendação:

[...] é preciso também situar a escola na construção de um projeto político e cultural por um ideal democrático que reflita, ao mesmo tempo, a complexa diversidade de grupos, etnias, gêneros, demarcado não só por relações de perda, de exclusão, de preconceitos e discriminações, mas também por processos de afirmação de identidades, valores, vivências e cultura.

Assim agindo, estaremos levando dignidade a nossos alunos através de uma educação de qualidade, comprometida com a formação crítica e plena dos estudantes que antes de serem alunos, são cidadãos.

Mais uma vez, busca-se chamar a atenção para a forma como os conteúdos inerentes à Educação Física vêm sendo trabalhados pelo professor, e como este mesmo conteúdo está sendo percebido pelos alunos.

O problema é quando a competição esportiva acontece em detrimento de uma aprendizagem didático-pedagógica de todos, pois o professor estará nesse caso, perdendo de vista o papel de educador que a Educação Física escolar requer.

É importante também se ater às conseqüências das competições sobre os jovens alunos, e avaliar até que ponto elas estariam influenciando positivamente em sua personalidade.

Reafirma-se aqui a intenção, não de negar o valor e/ou a importância do esporte na vida de jovens estudantes, especificamente, nem de menosprezar a atuação do professor de Educação Física nesse campo de conhecimento, mas a intenção de destacar a necessidade de uma reflexão mais profunda e cautelosa sobre essa atuação profissional que promove e prioriza o desporto de rendimento no ambiente escolar, suas implicações e contribuições ao aprendizado e crescimento dos alunos.

Diante desse fato, Ferreira (2000, p.97) destaca que “é importante que se defina o espaço que a competição deve ter no processo ensino-aprendizagem nas aulas de educação física”. Mas não é por isso que se deve ignorar o desporto, pois este tem o seu respectivo valor no contexto da Educação Física. Não há mal em a Educação Física escolar ensinar técnicas, táticas e buscar a melhoria do condicionamento físico dos alunos. O problema é apenas fazer isso como forma de alcançar a vitória, deixando de lado outros conteúdos como os condicionantes sociais, culturais e econômicos do desporto.

A ênfase na vitória, por perceber a predominância dos fundamentos técnicos, táticos e

físicos, em detrimento de outros conteúdos de ensino importantes na Educação Física escolar e que não devem ser esquecidos, faz com que as aulas de Educação Física, muitas vezes, sejam semelhantes a sessões de treinamento de clubes desportivos, com os alunos dispostos em fila, correndo em volta da quadra para aquecer para posteriormente treinar as habilidades motoras de um determinado desporto.

Viver numa sociedade que supervaloriza a conquista e a vitória, esta (muitas vezes a qualquer preço) passa a ser sinônimo de sucesso na vida. E é exatamente o que ela representa numa sociedade neurótica como a que se vive. Tal postura provoca inevitáveis distorções no processo de desenvolvimento social, cultural e educacional. Não é dado ao homem o direito de falhar, de errar, de ser derrotado.

Como já foi, por diversas vezes lembrado, o problema que se discute não está no desporto em si, lembrando-se ainda ser este, inegavelmente, um conteúdo de ensino da Educação Física, entretanto, o direcionamento competitivo dado a ele no ambiente escolar é que precisa ser repensado para que seja melhor trabalhado e se torne mais acessível aos alunos, porém não extinto. Ferreira (2000, p.98) sublinha que:

Se pretendêssemos acabar com a competição na escola, estaríamos defendendo o fim do desporto como conteúdo de ensino, pois estaríamos negando sua própria essência. O que condenamos é a exacerbação da competição na escola. Criticamos a exacerbação que dissemina o individualismo, o preconceito, a inescrupulosidade, enfim, sentimentos que contribuem para forjar uma personalidade incompatível com a vida humana em sociedade.

Para que seja verificada e possivelmente sanada a problemática apontada pelo autor, é importante que se conheça o nível de satisfação do corpo discente, e não de um pequeno grupo de alunos, perante a competição esportiva no ambiente escolar, bem como verificar se os objetivos alcançados estão correspondendo às metas traçadas pelo professor de Educação Física, junto a seus alunos indistintamente.

Ter conhecimento da problemática acima incita os profissionais da área, a uma reflexão mais profunda sobre a prática pedagógica do professor de Educação Física, caso contrário, seria convivência e/ou denotação de uma postura positivista, em que os erros são percebidos e apontados sem uma proposta de solução ou tentativa de solução para os mesmos.

Portanto, a sugestão de se repensar a prática da competição esportiva no ambiente escolar, considerando a ênfase atribuída à vitória, é colocada aqui como uma preocupação que visa mudança qualitativa no processo de ensino-aprendizagem. Tal preocupação se concretiza na proposta de Sparkes (1987, p.146) que sugere substituir a ênfase na vitória pela busca da excelência, pois de acordo com o autor:

A busca da excelência é uma condição na qual o esforço de um indivíduo está voltado para a obtenção de padrões ou objetivos pessoais sem qualquer referência particular ao desempenho de outros e está intimamente ligado à noção de auto-aperfeiçoamento em direção ao desafio.

O efeito proporcionado pela busca da excelência faz com que o aluno acredite em seu potencial, não se sentindo inferior aos demais, mas se superando e através da auto-superação, adquirindo mais entusiasmo e com isso, elevando sua auto-estima.

Nesse sentido, competir consigo mesmo e perceber que houve melhora no resultado pessoal torna o aluno estimulado a continuar participando, uma vez que, sua preocupação maior é com a evolução do seu próprio aprendizado e com isso, a superação de sua marca pessoal ou dificuldades pessoais.

Um detalhe importante que deve ser cuidadosamente administrado pelo professor é o fato

dos alunos estarem fazendo análise comparativa entre seus desempenhos, o importante é não supervalorizá-los, evitando com isso, o desestímulo de alguns, provocado pelas diferenças individuais.

Reforça-se, portanto, como já foi colocado anteriormente, a idéia de que não são os conteúdos de ensino que precisam ser mudados, embora possam até ser ampliados e/ou melhorados, mas o que se analisa é a forma como esses conteúdos são ministrados pelo professor, pois conforme Kunz e Rangel-Betti apud Rangel-Betti, (1999, p.38) afirmam:

O Conteúdo da Educação Física não muda, está inserido no jogo, esporte, ginástica, dança e luta, o que pode se chamar de Cultura Corporal de Movimento, ou simplesmente Cultura Corporal. O que muda são as formas de concebê-lo e ensiná-lo; estas sim, quase não são conhecidas dos professores. O esporte, por exemplo, dificilmente deixará de ser um conteúdo hegemônico da Educação Física. Encontrar formas de ministrá-lo favorecendo o aprendizado e o crescimento do aluno é o grande desafio.

Embora a didática do professor, enquanto domínio de conteúdos e de saber ensinar, represente uma questão de inegável relevância no processo de ensino-aprendizagem, como já foi colocado anteriormente, trata-se agora na verdade, não da capacidade que tem o professor de transmitir os conteúdos a seus alunos, mas a prioridade dada aos referidos conteúdos, a maneira como os conduz enfim, as metas traçadas em seu planejamento de ensino.

Cabe ao Professor de Educação Física, refletir sobre sua prática, estabelecendo suas metas, ganhando consciência e dando clareza à intencionalidade do seu trabalho. Agindo assim, esse profissional estará melhor preparado para encarar os conflitos oriundos por exemplo, das competições esportivas realizadas no ambiente escolar e possivelmente encontrará caminhos e/ou alternativas para sanar tais conflitos.

Em se tratando de possibilidades de superação de conflitos, além da proposta que visa à substituição da ênfase na vitória pela busca da excelência, apresentada por Sparkes (1987), outras sugestões elaboradas com o intuito de minimizar as implicações geradas pela realização de competições esportivas no ambiente escolar, são apresentadas por Ferreira (2000, p.99).

Uma dessas sugestões refere-se à idéia de substituir termos que denotam competição, tais como Olimpíada, Campeonato e Torneio por termos que denotam participação, como Festival, Festa e Encontro. Nesse sentido, busca-se envolver ao máximo a comunidade discente, dando um sentido lúdico ao evento, em que a participação de cada aluno, indistintamente, é valorizada. Essa participação democrática e aberta aos alunos os fará perceber o sentido do conagração através da sua integração no que seria de fato, uma grande gincana, extrapolando inclusive, os jogos desportivos, incluindo jogos populares como corrida de saco, perna de pau e outros.

A proposta acima é completada por outra, do mesmo autor, que também visa privilegiar o coletivo, evitando discriminações e/ou estudos comparativos entre os desempenhos dos alunos através de uma simples alteração no sistema de contagem de pontos, onde:

O resultado final de determinada modalidade seria a soma dos resultados dos integrantes das equipes, no caso dos desportos eminentemente individuais, e dos jogos, no caso dos desportos coletivos. No salto em distancia, por exemplo, venceria a equipe cuja soma de saltos fosse maior, e assim por diante.

Ainda dentro dessa vertente, Pimenta e Libâneo (1992, p.71) reforçam que:

Na escola, é preciso resgatar os valores que privilegiam o coletivo sobre o individual, defendem o compromisso da solidariedade e respeito humano, a compreensão de que o jogo se faz “a dois”, e de que é diferente jogar “com” o companheiro e jogar “contra” o

Assim, é possível reduzir o estudo comparativo entre o melhor e o pior desempenho de cada aluno, pois a atenção estaria voltada para o resultado final que é fruto do somatório geral de cada equipe.

A inclusão de alunos e alunas na mesma equipe e a abertura para que os próprios alunos, de um modo geral se integrem à equipe de arbitragem, são outras propostas que abrem possibilidades de se ampliar o caráter educativo do desporto.

Diante disso, se ainda assim, naturalmente surgirem conflitos, que estes sejam administrados pedagogicamente pelo professor, ao tempo em que funcionarão como um aprendizado, em que o aluno perceberá a importância do respeito ao próximo. O respeito mútuo a ser desenvolvido pelo educando, refere-se tanto no tocante à diferença de gênero, como na função por ele assumida dentro do quadro de arbitragem que possivelmente contribuirá para seu amadurecimento, ganhando uma maior responsabilidade, pois estará desempenhando um papel similar ao do professor, reforçando sua condição de sujeito no processo educativo e possibilitando através das dificuldades encontradas enquanto árbitro, o reconhecimento de valores e direitos seus e de cada um dos participantes.

A premiação é outra questão, que de antemão não nega a vitória, ao sugerir que todos os participantes sejam premiados, mesmo que seja um certificado felicitando-os e/ou parabenizando-os pela participação ou ainda que haja a premiação diferenciada e tradicional, de troféus e medalhas para os vencedores.

A intenção é de que todos os participantes sintam-se reconhecidos e valorizados, proporcionando com isso, a elevação da auto-estima. Com efeito, todos estariam estimulados a continuar participando, pois nenhum aluno estaria sendo vítima da exclusão, mas respeitado enquanto sujeito do processo de ensino-aprendizagem.

Ferreira (2000, p.100), enfatiza a necessidade da coesão da equipe de professores de Educação Física na escola, ao alertar que “De nada adianta o professor da 1ª série desenvolver um trabalho que minimize a competição se o das séries subsequentes desenvolver um trabalho diametralmente oposto”.

Essa é uma preocupação que procede, principalmente por se tratar de um projeto pedagógico que deve estar, em sintonia com o projeto educacional da escola. O engajamento de todos os professores de Educação Física de uma mesma escola em um projeto pedagógico promove o fortalecimento das propostas nele implícitas, ganhando-se credibilidade perante o corpo discente e a comunidade escolar como um todo. Será ainda melhor, se o engajamento ocorrer entre as disciplinas, e assim, a interdisciplinaridade for, de fato, adotada e concretizada, não simplesmente pela questão da credibilidade adquirida pelo projeto e suas ações, mas pelo privilégio de se proporcionar uma aprendizagem mais ampla e consistente ao aluno.

Na Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim, a competição também faz parte dos conteúdos da disciplina, através de diversas modalidades esportivas e culturais e, paulatinamente procura-se enfocar mais de perto, essa situação ora apresentada, tendo em vista a inserção integral do aluno na sociedade.

Dessa forma, considerando a riqueza que está inserida em determinado conteúdo é de fundamental importância que o profissional de Educação Física esteja realmente comprometido na superação das influências externas, objetivando assim a obtenção da qualidade inerente a todo processo educativo.

2.7 Características do Professor de Educação Física

A maior exigência em uma atuação profissional deve partir do próprio profissional que percebe, através da autocrítica, se seu trabalho está sendo desenvolvido baseado na ética e pedagogicamente correto. A autocrítica é uma característica que não deve ser esquecida e/ou

ignorada por nenhum profissional, principalmente em se tratando do professor que cobra dos seus alunos, resultados comprovadores da aprendizagem. Quando a aprendizagem não se concretiza, é preciso rever a ação profissional enquanto prática pedagógica que pode não ter sido metodologicamente adequada, comprometendo, portanto, a construção dos conhecimentos. Desse modo, um educador deve ter a sensibilidade de, antes da cobrança feita a seu aluno, fazer uma autocrítica.

Alguns professores passam a desenvolver o autoritarismo ao invés da autoridade que seria expressa em seu amor à profissão e no domínio de conhecimentos. Enquanto o autoritarismo está diretamente ligado à arrogância, à imposição, a autoridade refere-se à habilidade de levar as pessoas a fazerem de boa vontade o que você quer por causa de sua influência pessoal. A prática do autoritarismo acima descrita, é uma postura que denuncia um profissional despreparado que desconsidera a importância do caráter pedagógico inerente e fundamental à sua atividade profissional.

Independentemente das problemáticas e limitações que permeiam a atuação do profissional em Educação Física, é imprescindível que ele assuma suas responsabilidades profissionais, mesmo porque, assim agindo, ele estará mais apto a desenvolver seu papel na formação integral dos alunos.

Planejar objetivos e conteúdos são atribuições de todo professor comprometido com sua profissão e que visa através da organização didático-pedagógica, o cumprimento de suas responsabilidades inerentes ao processo de ensino-aprendizagem. Ou seja, um professor preocupado com o rendimento de seus alunos pode perfeitamente criar grupos de estudo e dar assistência em sessões planejadas para atingir as metas traçadas, garantindo assim, uma maior aprendizagem dos conteúdos propostos e através disso, obter êxito no processo de ensino-aprendizagem.

Ghiraldelli Jr. (1994, p.58) relata que:

Em suma, o trabalho do professor de Educação Física como socializador da cultura erudita vai além da pura e simples transmissão das técnicas, do desporto etc. É fundamental que realmente a aula de Educação Física se transforme num ambiente crítico, onde a riqueza cultural se estabeleça como trampolim para a crítica.

Manter-se atualizado sobre a sua área de atuação é uma necessidade de todo profissional, especialmente para aqueles que lidam com a educação, uma vez que, lidam diretamente com a formação do caráter e personalidade de seres humanos.

Dentre outras questões pedagógicas indicadoras da boa qualidade de uma aula, a atualização didático-pedagógica do professor apresenta-se como fator preponderante em sua atuação profissional. Um professor comprometido com seu verdadeiro papel de educador vai além da transmissão pragmática de conteúdos, buscando, portanto, uma ação democrática que coloca o aluno na condição de sujeito do processo de ensino-aprendizagem, respeitando suas limitações e enaltecendo seus acertos, acolhendo suas idéias na tentativa de convertê-las em tópicos enriquecedores das aulas, encarando-o como cidadão que aprende seus direitos e deveres enquanto aluno participante do processo educacional.

Ao ministrar suas aulas, o professor está tentando promover a aprendizagem sendo, portanto, mediador das informações que são prestadas a seus alunos na construção do conhecimento, essa ação parte do pressuposto de que houve uma seleção prévia de métodos e meios que poderão contribuir para a construção da aprendizagem. Partindo-se desse pressuposto é importante que o professor selecione os métodos e meios que assegurem a aprendizagem do aluno e, por conseguinte, adquiri-se uma responsabilidade enquanto rotina em seu trabalho através da elaboração do plano de aula e de curso.

A auto-avaliação, a avaliação do professor em relação a seus alunos e vice-versa, o *feedback* e outros meios que possibilitam verificar a concretização da aprendizagem e/ou o alcance dos objetivos propostos, são práticas sistemáticas que podem contribuir para melhorar, nortear e fortalecer a ação pedagógica do professor que ao cumprir essa responsabilidade, estará

desenvolvendo uma das ações básicas e indispensáveis do processo de ensino-aprendizagem que é o controle consciente de sua prática profissional.

A flexibilidade dos planos de treinamento, aula, curso e outros, se fazem necessária e importante, pela busca de uma melhor qualidade da prática pedagógica desenvolvida pelo professor, principalmente nos casos em que os objetivos propostos e/ou resultados esperados não estão sendo alcançados.

Diante dessa vertente, Medina (1995, p.63), acrescenta que “o profissional da Educação Física tem que estar sempre atento ao seu papel de agente renovador e transformador da comunidade de onde ele, via de regra, se apresenta como um líder natural”.

Essa atitude denota uma louvável responsabilidade e preocupação do professor em absorver e transmitir novidades da área, evitando a desatualização e a possibilidade de erros por estar repassando informações ultrapassadas ao ignorar as descobertas que em seu bojo, trazem novas verdades, verdades estas que serão contestadas futuramente por novas teses, gerando o ciclo dialético, comprovador da constante transformação do conhecimento, por estar o mesmo inacabado.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Este capítulo objetiva descrever os procedimentos metodológicos que foram utilizados no desenvolvimento da pesquisa.

Com a pretensão de ampliar a quantidade dos dados coletados, sem perder de vista a qualidade dos mesmos e assim, obter resultados mais satisfatórios, a presente metodologia desenvolveu-se através do questionário semi-estruturado, do estudo de caso, das observações de campo e da análise qualitativa, contemplando todo o segmento discente da 3ª série da Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim.

A população, a amostra (alunos), o instrumento da coleta de dados e os procedimentos adotados na referida coleta são descritos mais adiante.

3.1 Tipo de Estudo

O objetivo geral deste estudo foi verificar as principais contribuições da Educação Física escolar na educação integral dos alunos na Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim, enquadrando-se em uma modalidade de investigação de cunho descritivo, qualitativo, procurando analisar os conteúdos presentes nas aulas de Educação Física Escolar, levantar a percepção dos discentes sobre os processos de competição e cooperação inseridos nas aulas de Educação Física escolar e perceber o grau de satisfação dos mesmos em relação à maneira que a disciplina Educação Física é conduzida.

Segundo Thomas & Nelson (2002, p.280):

A Pesquisa Descritiva [...] é amplamente utilizada na educação e nas ciências comportamentais. O seu valor está baseado na premissa de que os problemas podem ser resolvidos e as práticas melhoradas por meio da observação, análise e descrição objetivas e completas.

Ainda na visão do mesmo autor (2002, p.322), o mesmo descreve Pesquisa Qualitativa, como sendo “aquela feita principalmente em ambientes do dia-a-dia, como escolas, ginásios, instalações esportivas, centro de aptidão física e hospitais”.

Diante do entendimento do que vem a ser uma pesquisa descritiva e qualitativa, optou-se por essas modalidades de investigação pela sua adequação ao presente estudo, pretendendo assim, alcançar os objetivos propostos.

Ainda com relação à adequação desses tipos de pesquisa, também encontra-se respaldo na teoria de Gil (1994, p.46) ao mencionar que “As pesquisas descritivas são juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores preocupados com a atuação prática. São também as mais solicitadas por [...] instituições educacionais”.

Em se tratando das vantagens desse tipo de pesquisa destaca-se, o baixo custo; facilidade para a obtenção dos dados; a rapidez, considerando o fato de que o questionário foi aplicado em um único momento, sendo assim, a coleta foi realizada em um curto espaço de tempo, gerando, por conseguinte, uma outra vantagem, que seria a objetividade na coleta de dados.

A abordagem dessa pesquisa é de ordem qualitativa e quantitativa, pois como também afirmam Deslandes e Assis (2002, p.212), “é preciso ir além dos números coletados em programas estatísticos, uma vez que nenhum programa substitui o diálogo do pesquisador com seus dados”. A articulação entre o quantitativo e o qualitativo está bem enfatizada no modelo dialógico entre as partes e a quantidade é uma dimensão da qualidade.

Pode-se também dizer, que a pesquisa qualitativa é bastante nova nessa área de atuação, pois há trinta anos não havia quase nada publicado sobre metodologia qualitativa, e hoje, já existe uma grande quantidade de literatura em forma de livros, artigos e monografias. Ela se aplica à pedagogia

em Educação Física, à ciência do exercício e à ciência do esporte, portanto muito indicada para este tipo de pesquisa que foi realizado na Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim.

3.2 Estudo

O estudo foi voltado para o corpo discente da EAF de Senhor do Bonfim e busca, através da aplicação de um questionário, perceber a relação de conhecimento e interesse que a Educação Física confere aos alunos de uma escola de Ensino Médio profissionalizante em meio às próprias aulas e outras atividades organizadas pelo professor, verificando as reais contribuições da Educação Física para a educação integral do aluno.

3.3 População e Amostra

A população definida para o referido estudo englobou todos os discentes da 3ª série que compunham as séries A, B, C e D do Curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio da Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim, no estado da Bahia. Para um melhor entendimento sobre o termo população e amostra Marconi e Lakatos (2002, p.41) nos traz os seguintes conceitos:

População ou universo: é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum. Sendo o **N** [grifo nosso] o número total de elementos do universo ou população”. Já a amostra, por sua vez, é entendida como “uma porção ou parcela, convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo. Sendo **n** [grifo nosso] o número de elementos da amostra.

Assim, o “N” da população correspondeu a um total de 97 estudantes regularmente matriculados e que vinham freqüentando assiduamente as respectivas aulas de Educação Física na referida Escola, por ser esta disciplina, componente curricular obrigatório respaldado na Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

Como o “N” da população correspondeu a 97 alunos, distribuídos entre as quatro séries (A, B, C e D) da EAF de Senhor do Bonfim, e por considerar que poderíamos envolver todos os alunos, optou-se em trabalhar como amostra 100% da população, ou seja, os mesmos 97 alunos da população passaram automaticamente a compor a amostra, e com isso deu-se maior confiabilidade e credibilidade à respectiva pesquisa.

3.4 Instrumento Utilizado na Coleta de Dados

No estudo, o instrumento utilizado para a coleta de dados foi o questionário semi-estruturado totalizando 12 questões, sendo 1 (uma) aberta e 11 (onze) fechadas (*vide Anexo I*), sobre vivência, aprendizagem e desempenho nas aulas de Educação Física. Em princípio optou-se por um questionário com a maioria das questões fechadas por entender que estas são menos invasivas e necessitam de menos tempo de resposta por parte dos alunos envolvidos. Thomas & Nelson (2002, p.280), argumenta que “O questionário é um tipo de levantamento por escrito utilizado na pesquisa descritiva, no qual a informação é obtida pedindo-se aos sujeitos que respondam às questões, em vez de observar seu comportamento”. Nesse sentido, as questões contidas no respectivo questionário trilharam um percurso que se aproximasse ao máximo na obtenção das informações com vista às respostas dos objetivos propostos.

Basicamente foi essa a essência que o pesquisador quis trazer em seu questionário ou pelo menos os pontos principais abordados enquanto mecanismos de apreensão e compreensão da disciplina, que pudessem refletir ou não uma Educação Física que estivesse voltada para a educação enquanto fator de integração social.

3.5 Procedimentos de Coleta de Dados

Inicialmente realizou-se um contato informal, em sala de aula, com as quatro turmas da 3ª série, momento em que foram apresentadas as intenções do pesquisador e sua pesquisa, para que logo em seguida, já em um contato formal, fosse aplicado o questionário junto aos respectivos alunos.

Após a explicação da essência e objetivo da pesquisa, bem como a leitura do questionário, o pesquisador teve a preocupação de esclarecer aos alunos que não precisavam se identificar, nem havia obrigatoriedade por parte dos mesmos, em participar da investigação.

Diante da não existência de recusa em participar, fato comum em quase todas as turmas da Escola, o pesquisador prosseguiu com mais alguns esclarecimentos, e após feitas as principais considerações, o pesquisador agradeceu a participação de todos e retirou-se de sala para uma melhor e maior liberdade do aluno, deixando cada turma sob a responsabilidade de um professor até a conclusão dos trabalhos.

A respectiva coleta de dados foi executada no dia 22 de novembro de 2007, na mais perfeita ordem, em um único dia, no turno matutino, entre 10h e 12h, num tempo médio estimado de 30 minutos para cada turma.

De um modo geral, a investigação transcorreu sem maiores problemas, dentro de um clima de ótima aceitação por parte dos professores e alunos.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Antes de focar a questão relativa à Educação Física pôde-se perceber que nas primeiras décadas do Brasil Republicano, a Educação Agrícola foi um expediente largamente usado pela classe dirigente, como meio de contenção do que ela considerava desordem social. Prova disso é quando na origem das Escolas de Aprendizes e Artífices, fica claramente identificado o atributo dessas, como importante instrumento do governo no exercício de política de caráter moral-assistencialista. Logo em seguida estas Escolas de Aprendizes e Artífices são transformadas em Escolas Industriais e Técnicas e com isso passam a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao secundário, inicia-se formalmente, o processo de vinculação do ensino industrial e agrícola à estrutura do ensino do país como um todo.

No final da década de 70 começam a surgir no país os primeiros Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFET's e as Escolas Agrotécnicas Federais – EAF's. Hoje, a política do Governo Federal já envereda para a criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia – IFET's, entendendo ser esta, uma proposta que vem ao encontro com um novo projeto de sociedade em curso no país, ou seja, a intenção é superar a visão de escola enquanto mero aparelho ideológico do Estado, reproduzidor dos valores da classe dominante e refletir em seu interior os interesses contraditórios de uma sociedade de classes, que traga à tona as diferentes concepções ideológicas e assegure aos sujeitos as condições de interpretar essa sociedade e exercer sua cidadania na perspectiva de um país fundado no justo e solidário.

Paralelamente a todo esse contexto, e inserido em todo esse processo educativo formal das Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais está inserida a Educação Física como componente curricular obrigatório dentro dos Cursos integrados ao Ensino Médio, componente curricular este, que como já vimos, percorre um longo caminho até chegar, mesmo que tardiamente, ao seu devido reconhecimento enquanto profissão devidamente regulamentada. Diversas foram as dificuldades enfrentadas pela Educação Física ao longo de todo esse processo, mas mesmo assim conseguiu e ainda vem conseguindo superá-las de acordo com a dialética contemporânea. Aquilo que até então era tido como uma mera repetição de movimentos mecânicos totalmente acríticos, começa a ganhar espaço e ocupar o seu lugar de destaque.

Hoje, a Educação Física deve ir muito mais além do que simplesmente tratar o corpo como algo isolado, o homem como objeto, mas sim, deve se preocupar com a formação humana integral do seu alunado, e a EAF de Senhor do Bonfim enquanto instituição de educação formal, também deve reforçar e colaborar para que essa realidade seja alcançada.

Se nos reportamos para a atual proposta do Governo Federal em relação às Escolas de Educação Profissional, e aos objetivos dos PCN's, no capítulo específico da Educação Física, estes vêm corroborar com aquilo que a Educação Física praticada dentro da EAF de Senhor do Bonfim tenta mostrar, ou seja, uma Educação pautada em princípios de justiça, solidariedade e criticidade na busca de uma formação cidadã.

4.1 Análise dos Itens Relacionados:

Os estudantes selecionados para essa pesquisa, são adolescentes e adultos de ambos os sexos, pertencentes em sua predominância à classe média-baixa e baixa, filhos de pequenos produtores rurais e oriundos da zona rural. Esta característica se dá, pelo fato de que a Instituição de ensino onde os mesmos estudam, pertence a uma categoria de Escola denominada de Escola-Fazenda, em que são oferecidos dentre outros, o curso Técnico em Agropecuária que forma e habilita técnicos para atuarem na área de Agropecuária.

Os registros apontados na pesquisa mostram um total de 64 homens e 33 mulheres, ou seja, dos 97 estudantes pesquisados, 65,97% são do sexo masculino e 34,03% correspondem ao sexo feminino.

A predominância do gênero masculino sobre o feminino é entendida nesse caso, pelo fato de

os cursos ofertados, serem voltados para o trabalho no campo, um trabalho relativamente árduo, onde os alunos precisam desenvolver na parte prática, atividades como pilotar um trator e acoplar ao mesmo implementos para o cultivo da terra, capina, bem como estarem em contato direto com animais ao realizarem, por exemplo, ordenha e castração, dentre outras atividades.

Enfim, a rusticidade das atividades no campo são em geral um atrativo para os homens e um fator de rejeição por parte das mulheres que se identificam mais com outro perfil de curso, mas que, com o passar dos anos vem atraindo também um crescente número de mulheres.

A idade dos participantes da pesquisa oscila entre a mínima de 16 e a máxima de 24 anos, ficando a média na ordem de 18,23. Dos 97 estudantes que responderam o questionário, observou-se que 27 tinham menos de 18 anos e 70 tinham 18 anos ou mais de idade, isso corresponde em pontos percentuais a um total de 27,83% de alunos com menos de 18 anos e 72,17% com idade igual ou superior a 18 anos.

A Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim, já é uma Escola de referência na cidade e região em relação ao nível de estudo que é oferecido, uma vez que todo o seu quadro de docente possui no mínimo a graduação de nível superior, o que de certa forma corrobora com os anseios da comunidade local e regional, no tocante à qualidade de ensino que os pais buscam para os seus filhos.

Considerando que uma boa parte desses alunos são oriundos de escolas-famílias agrícolas, e em sua maioria de classe social média baixa, procurou-se observar o ponto de vista dos alunos em relação a importância dos ensinamentos por eles trazidos em suas antigas localidades antes de ingressarem na EAF de Senhor do Bonfim, conforme **gráfico 1**:

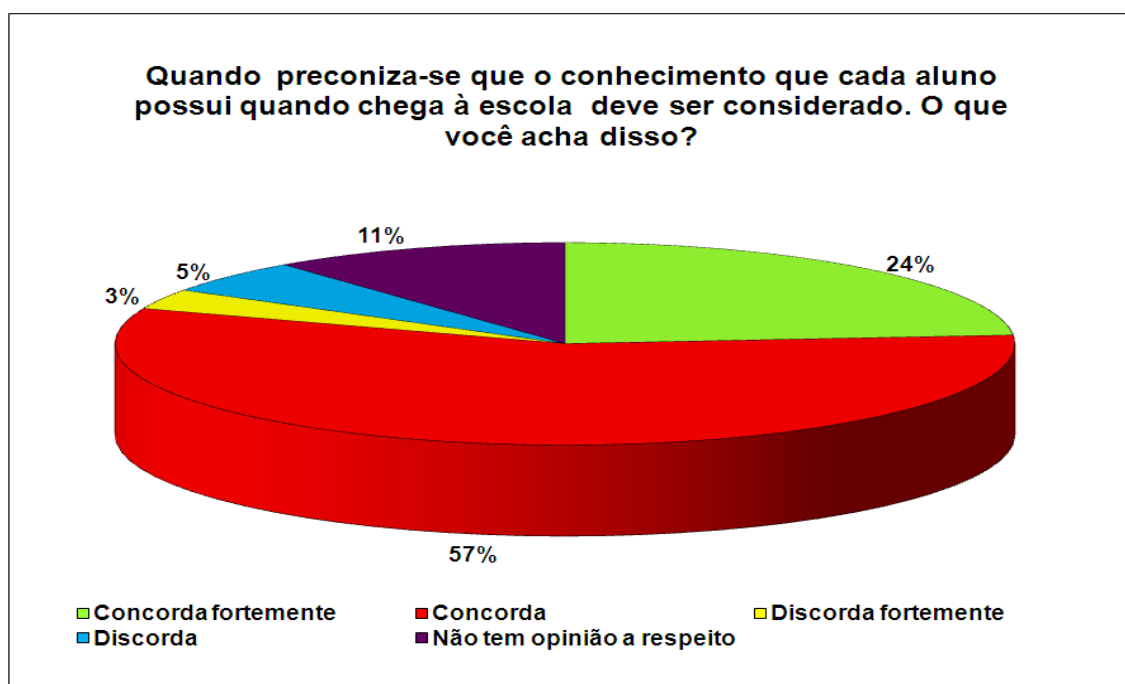


Gráfico 1 - Conhecimentos já adquiridos

Baseado nos dados acima observá-se que a grande maioria dos entrevistados (57%) concorda e outros 24% concordam fortemente com o fato de o professor considerar a bagagem inicial do aluno importante para um novo momento de aprendizagem que ora se inicia, principalmente por se tratar de alunos oriundos das classes sociais mais baixas e advindos em sua grande parte de escolas rurais.

Em princípio, até parece que estes alunos advindos de uma comunidade mais humilde, nada têm a contribuir para uma escola padrão que a partir de então passa a ser elemento primordial em

suas vidas, mas ninguém chega totalmente desprovido de algum tipo de conhecimento à escola e com o passar dos dias percebe-se que o grau de relacionamento e/ou a troca de informações entre os alunos advindos de um meio rural e àqueles advindos de escolas particulares, passa a ser elemento de fundamental importância na construção da relação não só entre os alunos envolvidos, mas também do próprio professor na busca dos objetivos a serem alcançados.

Como a EAF de Senhor do Bonfim trabalha predominantemente com Cursos e metodologia parecidos com o dessas Escolas Rurais, sendo os alunos em sua maioria carentes, entende-se que uma atua como processo contínuo da outra no tocante à questão educacional, tanto é, que já se estuda a possibilidade do oferecimento de cotas para alunos oriundos desse modelo de Instituição.

Outro indicador que merece destaque é a relação em que o Ensino Médio é ensinado paralelamente ao Ensino Profissional, e dentro dessa vertente procurou-se saber do alunado, o grau de importância desse tipo de metodologia na visão dos mesmos tendo como foco a formação integral e pode-se constatar a seguinte realidade, conforme observa-se no **gráfico 2**:

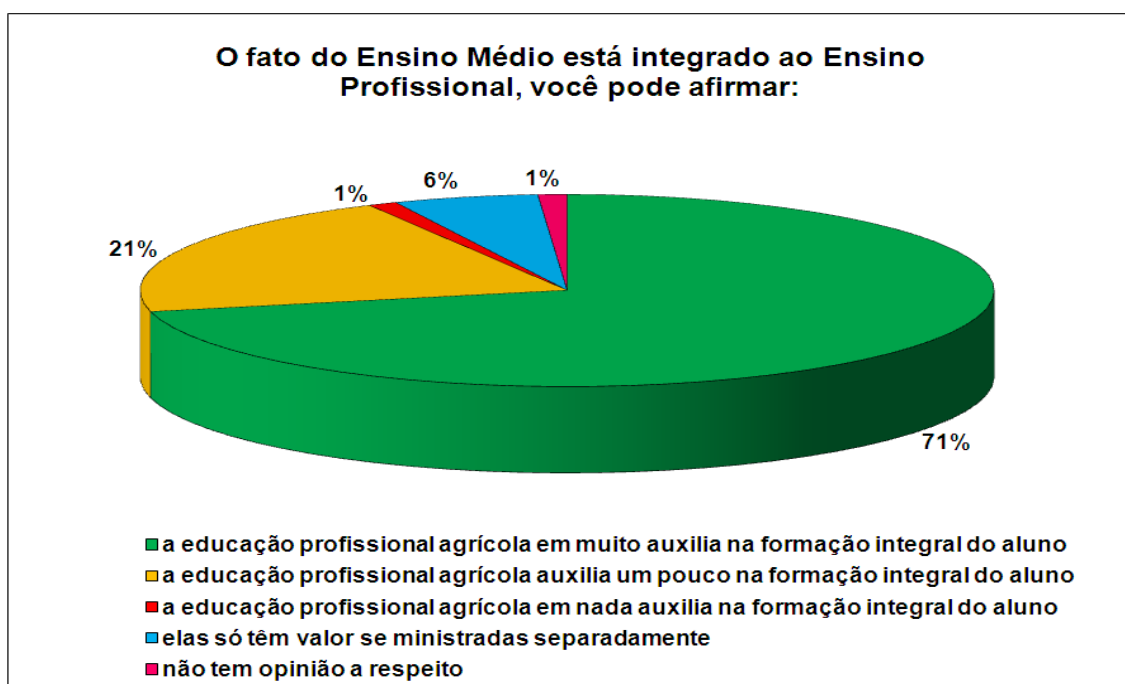


Gráfico 2 – Relação Ensino Profissional x Ensino Médio

Na análise dos dados obtidos, percebe-se a forte relação existente entre o Ensino Médio e a Educação Profissional no tocante à formação integral dentro de uma Escola Agrotécnica Federal, uma vez que 71% dos entrevistados consideram que a Educação Profissional em muito auxilia na sua formação integral. Contudo, aparece um elemento complicador entre os alunos advindos de escolas rurais e àqueles advindos das escolas particulares, pois estes chegam com um grau de conhecimento superior àqueles quando se refere às disciplinas do Ensino Médio, e muitas vezes o professor de determinada disciplina é obrigado a realizar um trabalho que busque adequá-los a um mesmo patamar para só depois seguir em frente a determinados conteúdos imprescindíveis à conclusão do Curso.

Dentro dessa conjuntura os alunos não ficam presos apenas aos conteúdos específicos de cada disciplina, eles vivenciam também todo o contexto existente na escola, dentro de uma visão macro, onde o todo é mais importante que as partes, e de posse desses conhecimentos, certamente eles poderão contribuir para o seu sucesso enquanto cidadão no momento em que ingressarem no mercado profissional.

Quando abordamos a formação do cidadão, aqui entendido como um indivíduo com

formação crítica voltada para a compreensão da realidade em que vive, consciente dos seus direitos e deveres, começa-se a adentrar na questão específica da Educação Física, e dessa forma procurou-se observar através do questionário, o grau de contribuição dessa disciplina enquanto formadora do caráter da pessoa cidadã, chegando-se aos seguintes resultados (**gráfico 3**):

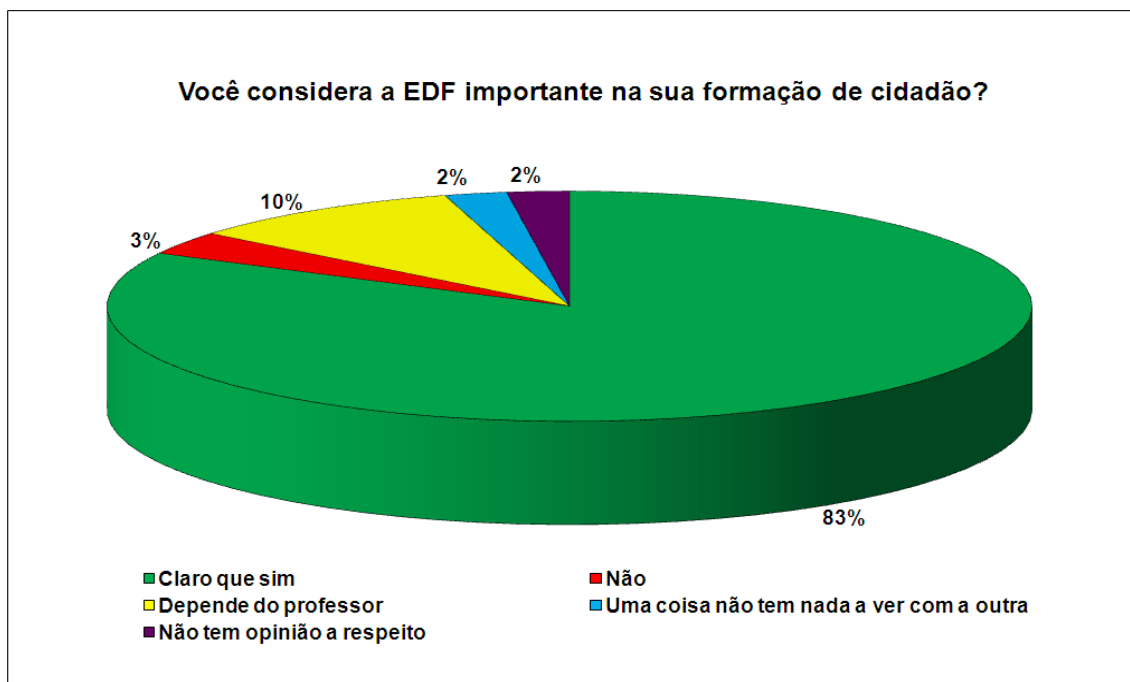


Gráfico 3 – Educação Física na Formação Cidadã

Baseado no gráfico acima, onde a grande maioria dos entrevistados (83%), afirmam considerar importante a Educação Física para a formação do cidadão e outros 10% creditam essa responsabilidade na atuação do professor, responsabilidade esta que vai além do conhecimento técnico-profissional, sublinhando que para isso, é necessário que ele consciente do seu papel de educador, possa abordar nos conteúdos de suas aulas, aspectos culturais, críticos, políticos, antropológicos e até a liberdade de expressão. Agindo assim, esse professor estará em busca de uma prática mais consciente da Educação Física escolar.

Dentro do conteúdo específico da Educação Física, manifesta-se também as atividades lúdico-desportivas, e estas devem estar abertas a todo o corpo discente indistintamente, transcendendo a rigidez das regras e a seletividade das competições, promovendo assim uma Educação Física escolar de qualidade que denota uma prática pedagógica humanista, respeitando as limitações dos alunos ao estimulá-los a participarem dessas atividades, independentemente do domínio de habilidades, valorizando, por conseguinte a participação democrática deles com os respectivos conteúdos da disciplina. Dessa forma, promove-se uma convivência sadia dos alunos entre si e também do professor, contribuindo significativamente no processo de formação da cidadania.

Quando começamos a enfocar a questão do conteúdo propriamente dito, dentro de uma aula de Educação Física, procurou-se observar a preferência e avaliação dos alunos em relação a esses indicadores, conforme observa-se nos **gráficos 4 e 5**:

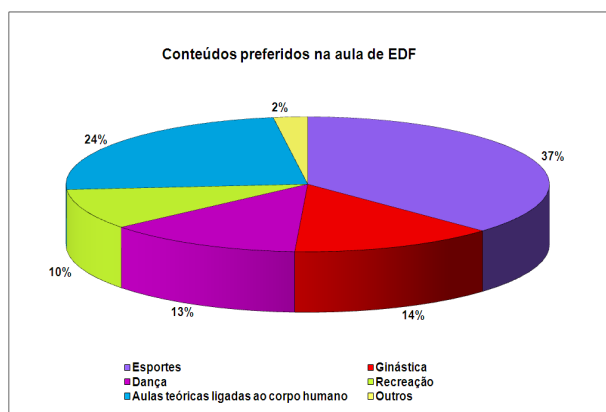


Gráfico 4 - Conteúdos

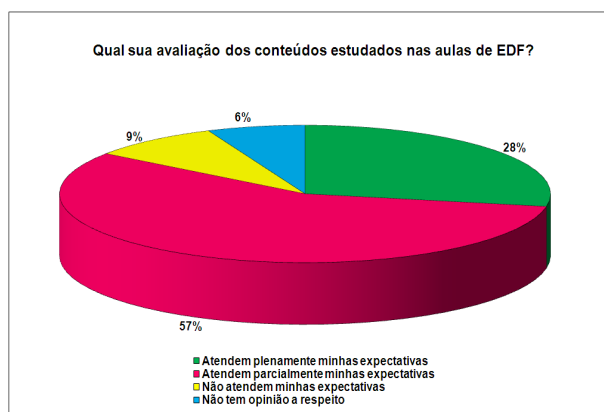


Gráfico 5 - Conteúdos

Diante do exposto nos gráficos acima fica evidenciado o campo de atuação que o professor de Educação Física possui para o cumprimento do seu planejamento. Durante as aulas de Educação Física na EAF de Senhor do Bonfim o professor tem procurado focar essa questão ligada aos esportes. Ficou claro que embora não seja objetivo da escola formar atletas, é grande o atrativo e interesse que tem o desporto para os alunos enquanto importante conteúdo da Educação Física, uma vez que boa parte dos alunos (37%) ainda o considera como conteúdo preferido durante as aulas e, dessa forma, reforça-se a tese de que não se deve ignorá-lo enquanto conteúdo, mas sim haver uma preocupação em criar oportunidades para que todos os alunos possam vivenciá-lo da maneira mais agradável possível, e para tanto, faz-se necessário que o professor possa criar situações de diversas naturezas para atender e promover benefícios aos alunos em sua totalidade.

O desporto enquanto trabalhado com fins competitivos também tem obviamente seu valor, mas como já foi por diversas vezes ressaltado, esse valor atende a um pequeno grupo de alunos, que dentro da escola, pode ser identificado como elite esportiva, e principalmente por isso, a Educação Física não deve se resumir a essa prática.

Quando se reflete sobre a restrição de uma maioria de alunos no acesso às equipes de treinamento desportivo, podemos observar a discrepância entre os que podem participar e os que são de fato excluídos, confirmando ser esse, um processo altamente seletivo e excludente para os alunos, uma vez que a grande maioria do corpo discente fica à margem das competições.

Portanto, o professor enquanto educador deve sim, fazer do esporte um dos principais conteúdos da Educação Física, mas sem perder de vista todo o contexto histórico e cultural existente na essência de cada modalidade esportiva.

Dentre os fatores que podem ser observados nos gráficos anteriores é importante ressaltar que as aulas de Educação Física dentro da EAF de Senhor do Bonfim atendem plenamente (28%) ou parcialmente (57%) o interesse dos alunos. Outra observação importante que deve ser evidenciada é o fato de que 24% dos alunos registraram também a preferência por conteúdos que tragam informações relativas ao corpo humano como um todo, mostrando claramente que o interesse do alunado não restringe-se apenas aos conteúdos do desporto propriamente dito.

Não podemos ignorar a forte influência que o esporte exerce em nossa comunidade escolar e que intrinsecamente ligado ao esporte está a questão da competição, elemento tão propagado e questionado não somente nas aulas de Educação Física, mas também enraizada na sociedade como um todo.

Face o exposto, o questionário abordou também, na visão dos participantes da pesquisa, a questão da competição existente nas aulas, e obteve-se para nossa surpresa, a seguinte constatação:



Gráfico 6 - Competição

Diante da constatação, apesar do caráter excludente da competição, os alunos a consideram como uma coisa normal devido a constante competição em que são colocados no decorrer de suas vidas, a atitude do professor torna-se deveras importante no trato com essa questão.

Assim, considerando os 47% e os 37% que consideram a competição “parcialmente importante” e “importante” respectivamente, o professor de Educação Física deve estar atento em minimizar os efeitos provocados pela exclusão de alunos no processo competitivo, buscando proporcionar atividades que envolvam a todos, tanto os mais habilidosos quanto aqueles que não participam das equipes de treinamento por não terem desenvolvido as mesmas habilidades que os outros.

Em relação aos resultados obtidos em competições esportivas, ainda hoje é bastante comum uma atitude de orgulho por parte dos professores de Educação Física e até do Diretor da própria escola ao relatarem o saldo de sua participação em eventos dessa natureza.

Será que a escola, ao invés de cobrar do professor a formação integral do aluno, está cobrando simplesmente a conquista de troféus e medalhas nos diversos tipos de campeonatos, almejando a vitória enquanto título e não enquanto aprendizagem dos seus alunos na busca da auto-superação dos mesmos?

Considerando ser unânime na prática profissional dos professores de Educação Física escolar, a formação e preparação de equipes de treinamento visando diversos tipos de competições e considerando ainda a dedicação de professores e alunos a intensos treinamentos em horário diferenciado das aulas de Educação Física escolar, deve-se procurar adotar uma postura de conscientização em relação aos resultados do jogo, já que a possibilidade de derrota pressupõe também um abalo na questão da auto-estima dos alunos. É justamente aí onde deve atuar a figura do professor consciente e preparado, ressaltando que também numa derrota se pode aprender, ou seja, em caso de derrotas pode estar havendo uma superação dos próprios rendimentos dos alunos. Por exemplo, um aluno que costuma em seu treinamento, saltar 3m e na prova salta 3,5m, ainda que não tenha vencido a prova, conseguiu se auto-superar e isso deve ser enaltecido pelo professor, buscando, como sugere Sparkes (1987) a substituição da ênfase na vitória pela busca da excelência.

É fundamental que haja cooperação entre os alunos que compõem as equipes esportivas e o envolvimento com outras instituições de ensino é deveras enriquecedor no momento que contribui para o conhecimento e valorização de culturas diferentes, o reconhecimento e o respeito aos direitos

do outro, enfim, há uma relativa contribuição da competição, se bem conduzida, na formação da cidadania dos educandos.

Portanto, diante de situações como estas e dos problemas que permeiam a Educação Física escolar como os que foram até então abordados, se não apontamos caminhos, somos enfáticos ao reconhecer que uma Educação Física ideal nas escolas é aquela que reconhece o valor da participação de cada aluno de forma crítica e democrática, não se restringindo ao conhecimento e domínio dos fundamentos de uma determinada modalidade esportiva, mas ampliando esse conhecimento.

Essa ampliação de conhecimento vai desde o entendimento de regras enquanto dever do aluno, à sua intervenção enquanto direito de sujeito crítico e participativo que é, e assim necessita possuir discernimento, liberdade e responsabilidade para aceitar ou recusar tudo aquilo que se apresenta como verdade absoluta, mas que pode ser questionado, pois seu papel nessa concepção de Educação Física, é de agente e não de objeto do processo de ensino-aprendizagem.

Ao final do questionário fez-se uma última pergunta, esta bastante enfática acerca do tema desta pesquisa. Algumas respostas aqui apresentadas foram selecionadas daquilo que considerou-se representar a média do pensamento dos alunos. A grafia e a acentuação originais foram mantidas nas respectivas respostas.

Perguntou-se: Para você o que é Educação Física? Será que ela educa? E se obteve as seguintes respostas:

- “É uma área onde o objetivo é trazer a inclusão de todos participantes de forma que aprendam o conteúdo e ao mesmo tempo seja recreativa. Sim, pois muitas pessoas tem a Educação Física como o ápice de sua vida”.
- “É um meio de ensino onde através do esporte nós aprendemos a interagir com os companheiros e os adversários, tendo compreensão, integração e educação. Com certeza ela educa e pode formar um cidadão melhor”.
- “É uma matéria que visa a educação e a saúde, melhorando a qualidade de vida da população através de práticas relacionadas a educação física. E ela educa, pois afasta os praticantes de drogas, bebidas que trazem malefício a sua saúde e integridade”.
- “Ed. Física é um meio de aproximação de pessoas não só através do esporte propriamente dito. É uma matéria na qual há uma certa descontração do aluno nos momentos certos. A Educação Física educa sim, de forma vagarosa seus limites, suas dificuldades e a convivência com pessoas diferentes, ou seja inclui pessoas na sociedade de forma ampla”.
- “É conhecer toda a relação corpo-ambiente, o que é de extrema importância, essa área aborda muita coisa importante sobre nosso corpo, influi em nossa vida, auxilia na prática de esportes, e claro, há muitos benefícios como a prática de exercícios físicos. Para mim, é a área que nos faz conhecer realmente o nosso corpo, os seus defeitos, qualidades e limites”.
- “A educação física é uma questão de desenvolvimento na vida das pessoas, pois hoje em dia ela está sendo praticamente uma terapia para muitas doenças, respeito que não goste de Ed. Física, mas geralmente essas pessoas dependem dela para sobreviver. A Ed. Física educa, tenho plena certeza disto, dependendo do professor educador”.
- “É exercitar o corpo e a mente de forma prazerosa. Educa sim, principalmente na parte de competição, superação, objetivos, solidariedade”.
- “Educação Física é uma matéria que busca inserir a atividade física e a prática de esportes como melhoria de saúde e bem estar, além de promover integração social. Quando a Educação Física atinge realmente os princípios citados acima ela educa plenamente. Não só educa, incentiva e ajuda a formar grandes cidadãos”.
- “Educação Física para mim é uma prática de fundamental importância para o nosso bem estar, pois ela propicia várias formas de eu com o meio. Educa com certeza, a partir do momento que você passa a conviver com o próximo respeitando os limites de cada um”.
- “É o estudo do corpo e nos ensina como devemos cuidar dele, mostrando que a associação de uma alimentação saudável, exercícios físicos e uma mente sã (sem stresse) trás saúde. Ela

é muito importante porque nos ensina também a ser cidadãos, a saber competir sem prejudicar os outros”.

- “Educação Física é uma disciplina que deveria ser aplicada não só na escola, mas nas igrejas, empresas, prefeituras, hospitais, clínicas, abrigos, delegacias e prisões. Eu não tenho dúvida nenhuma sobre o papel da educação física na educação de todos nós. Ela é essencial para a vida de cada ser humano. A Educação Física precisa de mais atenção e estrutura para poder dá o melhor que ela tem. A Educação Física precisa, urgentemente ser mais valorizada por todos!!!”.

O **gráfico 7** representa bem em termos globais e na simplicidade de suas palavras o entendimento dos educandos acerca da disciplina:

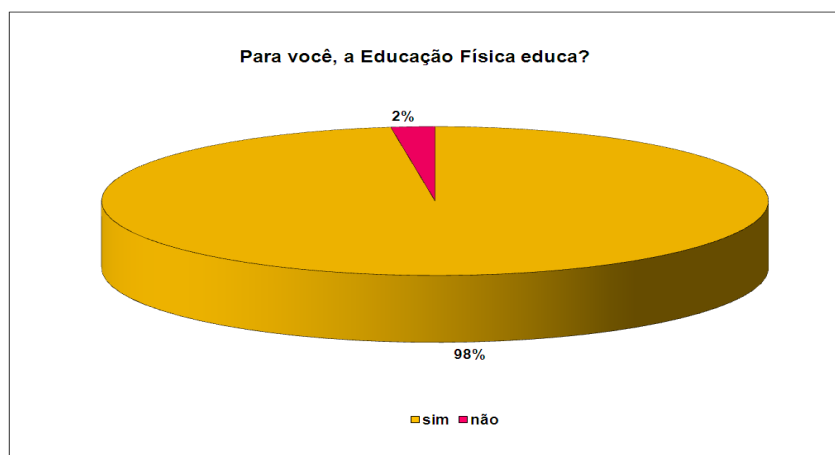


Gráfico 7 – Educação Física x Educação

Diante do apresentado no gráfico 7 fica evidenciado que quase a totalidade dos alunos pesquisados (98%) responderam enfaticamente que Educação Física educa, enquanto que apenas (2%) não a consideram como disciplina que promova a referida educação. Muitos deles já enfocando a questão da criticidade como elemento da própria educação.

Essa formação crítica voltada para a compreensão e exercício da cidadania e que encara o aluno como agente, é objetivo da EAF de Senhor do Bonfim, uma vez que o seu Projeto Pedagógico tem como missão proporcionar uma Educação Tecnológica de excelência articulando-se com a comunidade na atuação como pólo disseminador de tecnologias para o desenvolvimento sustentável, enfatizando a construção de um cidadão trabalhador, crítico e empreendedor.

Para ser atuante, o aluno precisa estar inserido como sujeito nas atividades pedagógicas que o envolvem, e não fora delas, pois ao contrário seria objeto manipulável e não agente transformador.

Nessa proposta, se os professores de Educação Física, não se esquecerem que acima de tudo são educadores, o aluno ganha a devida importância dentro da EAF de Senhor do Bonfim, enquanto agente, e assim agindo, certamente estarão contribuindo satisfatoriamente para a formação integral do educando e para o papel pedagógico da Educação Física Escolar.

Reportando-se aos objetivos dessa pesquisa, concernentes à Educação Física escolar e particularmente as questões ligadas à satisfação dos alunos, à competição e cooperação, aos conteúdos de ensino e prioritariamente à sua contribuição para uma educação integral, percebe-se que diante das questões elaboradas para o referido trabalho conseguiu-se chegar a um fator determinante que serão apresentados posteriormente na respectiva conclusão.

5 CONCLUSÃO

Antes de focar a questão relativa à Educação Física propriamente dita, um ponto que se deve destacar, lembrar e valorizar a sua importância no decorrer deste trabalho é o fato de se ter aberto, por parte do Programa de Pós Graduação de Educação Agrícola – PPGEA, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, a possibilidade e oportunidade de estudar a história da Educação Profissional Agrícola do País, pois somente através desse estudo é que hoje estamos colhendo os frutos que certamente contribuirão de forma muito positiva para EAF de Senhor do Bonfim, enquanto Instituição Educacional inserida nesse contexto educacional.

É interessante ressaltar, que a metodologia do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola - PPGEA atende plenamente os interesses dos servidores das Escolas Agrotécnicas Federais, uma vez que, os mestrandos não precisam afastar-se integralmente da Instituição trazendo benefícios tanto para a Escola quanto para o país e o próprio mestrando, e o mais importante, sem perder a qualidade imprescindível de uma pesquisa dessa natureza.

Portanto, a Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim pautando-se, sobretudo, nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e Educação Profissional e seus respectivos Pareceres e Resoluções, vem tentando cumprir com sua função social, que é a de possibilitar aos alunos, sua inserção na vida adulta, integrando-os ao mundo contemporâneo nas dimensões fundamentais de cidadania e trabalho, além de garantir ao cidadão o direito à vida produtiva e social. Outro ponto que merece ser lembrado é a atual política do Governo Federal, que pretende ainda este ano, dentro das comemorações alusivas ao centenário da Educação Profissional do país, criar os chamados Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia - IFET's. Estes surgem dentro da Rede Federal de Educação Tecnológica, fundamentados de princípios e valores, que colhem da cidadania e da ética, o seu papel central. A realidade que se vislumbra com esses Institutos Federais é a de que eles constituam um marco nas políticas para a Educação no Brasil, pois revelam uma dimensão da Educação Profissional alinhada com as políticas de inclusão e projeto de nação que ora se delineia.

Assim sendo, essas Instituições Federais públicas podem representar o desafio a um novo caminhar na produção e democratização do conhecimento, trazendo colaboração substantiva para todos os níveis e modalidades de ensino de que vão se ocupar, ou seja, desde o Ensino Médio profissionalizante aos estudos de Pós-Graduação em nível de Doutorado.

No tocante ao tema principal deste trabalho, pode-se refletir a respeito da trajetória dos conhecimentos que sustentaram a Educação Física através dos tempos. Constata-se ao longo de sua história a prevalência do caráter tecnicista e empírico-analítico, com poucas reflexões realizadas em torno da prática, a não ser aquelas, oriundas dos tratados anátomo-fisiológicos que se tornaram hegemônicas nesta formação profissional.

No decorrer dos trabalhos, apresentou-se uma situação que nos permite visualizar de forma ampliada a realidade dos alunos participantes da pesquisa, os quais responderam o questionário (*vide Anexo I*), instrumento de grande importância utilizado nesta pesquisa, que permitiu a obtenção de um diagnóstico real desse público, campo empírico do estudo de caso.

Sob o ponto de vista educacional, os resultados mostram que quando o professor está preocupado com uma aprendizagem que valoriza o ser humano em suas metas, denotando uma tendência pedagógica que o aproxima mais de um perfil de educador, o rendimento ou a contribuição para uma formação mais ampla do alunado é significativamente maior do que quando ele traz em suas metas a priorização da competição esportiva na escola, assumindo conseqüentemente o perfil parecido de um técnico.

Ao final da pesquisa, foi feita uma análise reflexiva da conjuntura que englobava o aluno, professor e escola, como também das informações obtidas pelo questionário, que divide por um lado, os professores de Educação Física que priorizam a competição esportiva e a técnica no ambiente escolar e por outro, aqueles que se apóiam e valorizam a participação de todos os alunos, independentemente de serem habilidosos ou não.

Quanto aos conteúdos, constatou-se que a existência de atividades recreativas e competitivas na proposta de trabalho do professor de Educação Física é fato comum e muito solicitado pelos alunos conforme se constatou nas respostas ao questionário, assim explica-se o fato de o professor buscar trilhar em seu percurso profissional o papel de educador, conciliando atividades de cunho competitivo com práticas cooperativas, valorizando o acesso dos alunos em eventos como gincanas e assim, ao tempo em que envolve seus alunos em torneios e/ou campeonatos esportivos, busca integrar às aulas de Educação Física escolar eventos conagraçadores e conteúdos sócio-biológicos e esportivos que possa retratar uma preocupação com a aprendizagem de todos os alunos indistintamente. Em outras palavras, mesmo adotando em suas práticas educacionais a competição esportiva em seu conteúdo, o professor não deve perder de vista a ludicidade e a socialização, elementos essenciais a todo processo educativo.

Nesse contexto, não se pretende negar o valor da competição nem muito menos do desporto que é em si, como já foi explicitado em outro momento, importante componente curricular da Educação Física escolar. Até porque, segundo informação extraída do próprio questionário o esporte é o conteúdo preferido da maioria dos alunos da EAF de Senhor do Bonfim.

Não cabe à escola a responsabilidade de desenvolver desporto de rendimento. Cabe à escola, sim, ensinar a multiplicidade de elementos da cultura corporal: não só o esporte, mas também as lutas, as danças, as ginásticas, os jogos, como atributos a serem reconhecidos dentre as diferentes necessidades educativas sistemáticas que compõem a formação da personalidade do cidadão. Como vimos no decorrer deste estudo, as escolas do ensino fundamental e do médio possuem diversos conteúdos clássicos nas suas diversas disciplinas, não cabendo a elas formar novos cientistas, novos literatos, novos compositores, novos artistas, novos políticos, com a Educação Física escolar não é diferente, a ela também não compete formar os atletas. Urge organizar na escola uma prática pedagógica que possa valorizar os ideais de homem e de sociedade mais humanizados.

Sabendo disso, este estudo nos remete a reflexões em torno da exacerbação da competição esportiva nas escolas, que infelizmente ainda acontece em várias escolas, e que leva a Educação Física escolar ao reducionismo técnico e excludente muito valorizado nas décadas de 70 e 80 do século XX, mas que vem sofrendo mudanças em decorrência da visão crítica de profissionais da área mais comprometidos com a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, sugerindo em contrapartida, o fortalecimento de uma tendência pedagógica de práticas cooperativas e integradoras de um educador que envolve todo o corpo discente e não só os alunos mais habilidosos e, portanto, promovendo a inclusão, a integração e a educação integral de todos a partir do seu trabalho pedagógico, e como consequência teremos uma Educação Física que realmente educa.

Ao chegar ao final deste trabalho é fato que o professor de Educação Física tem papel primordial na condução dos seus alunos no tocante à uma educação integral e de qualidade, pois é através da sua conduta enquanto profissional que valores éticos, culturais e sociais estarão quase sempre associados às suas aulas como formação da verdadeira educação cidadã. Em outras palavras, as investigações nesse estudo concretizadas, permitiram visualizar tendências de evolução no campo educacional específico, dessa forma, acredita-se que os professores têm se conscientizado do seu papel de educador buscando proporcionar uma formação mais participativa e crítica do educando.

Ao caminhar é que se faz um pesquisador, portanto deve-se assumir a responsabilidade pelas limitações e lacunas que o referido estudo apresenta. Estamos cientes de que algumas questões deveriam ter sido mais exploradas em detrimento das que foram eleitas, e que certos elementos poderiam ter sido priorizados em vez dos que aqui foram analisados. Contudo, o olhar que naquele dado momento se lançava sobre as respectivas questões de estudo correspondia às impressões que nossa incipiente percepção conseguia captar para as explicações que a pesquisa pretendia contemplar.

No caso investigado especificamente, pode-se confirmar através da pesquisa que a Educação Física ministrada na EAF de Senhor do Bonfim, vai muito além da pura concepção de corpo, totalmente acrítica, propagada pelo senso comum. Isto posto, mesmo diante das limitações ainda hoje impostas à disciplina, ela ainda consegue encetar possibilidades de uma reflexão dos alunos no

sentido da sua real importância e contribuição na dimensão corpóreo-motriz dentro do processo educativo.

Dentre essas contribuições, pode-se citar: a valorização da dimensão psicomotora, o desenvolvimento dos domínios cognitivos e sociais, a promoção de atitudes de conhecimento e participação ativa na sociedade, a oportunização da vivência de solidariedade, cooperação e superação, e o reconhecimento do ser humano enquanto meio de desenvolvimento da cidadania. Assim sendo, com base nos resultados dessa pesquisa, pode-se dizer que a Educação Física educa, quando Professores e Escola estão de fato comprometidos com a formação integral do cidadão.

Mesmo diante desse estudo, percebe-se que constantemente nos encontramos em algum ponto de partida. A realidade e sua dinâmica estão diante dos nossos olhos, suscitando variados problemas que certamente necessitarão de nova compreensão. Dessa forma, algo de muito valioso pode-se perceber: o ampliar de fronteiras para novos estudos que possam ir além do que ora apresentamos.

Considerando que concluir não significa necessariamente esgotar, e que novos objetos e questões não faltam, espera-se que essa pesquisa possa servir de apoio e estímulo a outras, transcendendo a realidade da Cidade de Senhor do Bonfim e do Estado da Bahia em busca de sua ampliação nessa esfera de conhecimento.

6 REFERÊNCIAS

- BARROS, J. M. de C. Educação física na sociedade brasileira atual e a regulamentação da profissão. **Motriz: Revista de Educação Física – UNESP**, Rio Claro: nº 2, 2000.
- BETTI, M. **Violência em campo: dinheiro, mídia e transgressão às regras no futebol espetáculo**. Ijuí: UNIJUÍ, 1997.
- BRACHT, V. **A constituição das teorias pedagógicas da educação física**. Cadernos CEDES, n. 48, 1999.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96**. Brasília, 1996.
- _____. MEC, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Educação Profissional. Legislação Básica. Decreto Federal 2208/97**. 5ª Ed. Brasília. 2001.
- _____. MEC, Secretaria de Educação Média e Tecnológica **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico**. Brasília. 2000.
- _____. MEC, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais para a educação Profissional**. Brasília. 1999.
- _____. MEC, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Portaria nº 116**. Brasília. 2008.
- _____. **Decreto Federal nº 60731/67**. Brasília, 2007.
- _____. **Decreto Federal nº 5154/04**. Brasília, 2007.
- BROTTO, F. O. **Jogos cooperativos se o importante é competir, o fundamental e cooperar**. Santos: Ed. Re-novada, 1997.
- CASTELLANI F. L. **Educação física no Brasil: a história que não se conta**. 4. ed. Campinas: Papirus, 1994.
- CARNEIRO, M. A. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva: artigo a artigo**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- DAÓLIO, J. **Da cultura do corpo**. 10ª edição. Campinas: Papirus, 1995.
- DARIDO, S. C. **Educação física na escola questões e reflexões**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
- DEMO, P. **Pesquisa e construção de conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.
- DESLANDES, S. F.; ASSIS, S. G. de. Abordagens quantitativa e qualitativa em saúde: o diálogo

- das diferenças. In: Minayo, M. C. de S.; DESLANDES, S. F. **Caminhos do pensamento: epistemologia e método**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.
- FARIA Jr. A. G. de. **Educação física e esportes: perspectivas para o século XXI**. São Paulo: Papirus, 1988.
- FERREIRA, M. S. A competição na educação física escolar. **Motriz: Revista de Educação Física – UNESP**, Rio Claro, nº 2, 2000.
- FREIRE, J. B. **Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física**. 4. ed. São Paulo: Scipione, 1997.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 28.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- GALLARDO, J. S. P. (coord.) **Educação física: contribuições à formação profissional**. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 1997.
- GARIGLIO, J. A. A educação física no currículo de uma escola profissionalizante: um caso sui generis. **Revista brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas, nº 2, 2002.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- GUIMARÃES, A. A. et al. Educação física escolar: atitudes e valores. **Motriz: Revista de Educação Física – UNESP**, Rio Claro, nº 1, 2001.
- JUNIOR, P. G. **Educação física progressista A pedagogia crítico-social dos conteúdos e da educação física brasileira**. São Paulo: Loyola, 1988.
- LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1987.
- LÓPEZ, R. F. A. **El profesor de educación física: especialista del ejercicio físico**. **Revista Digital**, nº 19, 2000.
- LOPES, C. A. **Tudo outra vez: histórias de agricolinos**. Ipatinga, 2007.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5. ed. rev. e amp. São Paulo: Atlas, 2002.
- MEDINA, João Paulo Subirá. **A educação física cuida do corpo... e “mente”**. 13ª edição. Campinas: Papirus, 1995.
- MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. 10. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2002.
- MOTRIVIVÊNCIA, **O esporte e suas diversas concepções**. Aracaju: Sercore, 1989.
- NASCIMENTO, J. C. **Memórias do aprendizado**. Maceió: ed. Catavento, 2004
- NETO, A. F. et al. **Ensino e avaliação em educação física**. São Paulo: Ibrasa, 1993.

PAIM, M. C. C. **Reflexões sobre educação física escolar.** KINESIS, Santa Maria: nº 26, 2002.

PEREIRA, F. M. **Dialética da cultura física: introdução à crítica da educação física do esporte e da recreação.** São Paulo: Ícone, 1988.

PIMENTA, S. G., LIBÂNEO, J. C. (Coord.). **Metodologia do ensino de educação física.** São Paulo: Cortez, 1998.

PINTO, F. M. A prática de ensino nos cursos de formação de professores de educação física. In: VAZ, A. F.; SAYÃO, D. T.; PINTO, F. M. **Educação do corpo e formação de professores: reflexões sobre a prática de ensino de educação física.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

RANGEL – BETTI, I. C. Educação física escolar: olhares sobre o tempo. **Motriz: Revista de Educação Física – UNESP**, Rio Claro, nº 1, 1999.

SILVA, S. A. P. dos S. **Formação de Professores de Educação Física: a dimensão humanista – interacional.** *Revista Digital*, nº 11, 1998.

SOARES, C. L. et al. **Metodologia do ensino da educação física/coletivo de autores.** São Paulo, Cortez, 1992.

SOUSA, E. S. de; ALTMANN, H. **Meninos e meninas: expectativas corporais e implicações na educação física escolar.** *Cadernos CEDES*, nº 48, 1999.

SPARKES, A. C. Competition and health – related fitness. In: BIDDLE, S. J. H. (Ed.) **Foundations of health – related Fitness in physical education.** London: The Ling Publishing House, 1987.

TAFFAREL, C. N. Z. **Criatividade nas aulas de educação física.** Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.

_____. **A carta de Carpina: educação física – novos compromissos: pedagogia, movimento, miséria.** *Revista brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, nº 1, 2001.

THOMAS, J. R. **Métodos de pesquisa em atividade física/** Jerry R. Thomas e Jack K. Nelson; trad. RicardonPetersen... [et al.]. – 3ª ed. – Porto Alegre: Artmed, 2002.

TIBEAU, C. C. P. M. **Concepções sobre criatividade em atividades motoras.** *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, Brasília, nº 2, 2002.

VOTRE S. (org.) **Ensino e avaliação em educação física.** São Paulo: Ibrasa, 1993.

ANEXOS

ANEXO I – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS

QUESTIONÁRIO

APRESENTAÇÃO

Considerando a aprovação do Projeto de Pesquisa intitulado EDUCAÇÃO FÍSICA: ATÉ QUE PONTO EDUCA?, de autoria do professor e mestrando João Luís Almeida Feitosa, sob a orientação da professora Doutora Nádia Maria P. de Souza, no curso de mestrado oferecido pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), elaboramos o presente questionário que tem por objetivo o levantamento de dados entre o corpo discente da Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim, que atuam no Ensino Profissionalizante integrado ao Ensino Médio. Esperamos contar com sua colaboração no sentido de responder a essas questões, para que possam servir de subsídios de fundamental importância na consecução final da proposta desse trabalho.

Obrigado!

TURMA:..... IDADE:.....SEXO:.....

01. Numa aula de Educação Física que conteúdos você prefere praticar? Marque até 2 alternativas:

- ☐ Esportes
- ☐ Ginástica
- ☐ Dança
- ☐ Recreação
- ☐ Aulas teóricas ligadas ao corpo humano
- ☐ Outros: especifique.....

2. Com relação ao conteúdo, o que você acha das aulas de Educação Física ministradas na escola?

- ☐ Ótima
- ☐ Boa
- ☐ Regular
- ☐ Insuficiente
- ☐ Não tem opinião a respeito

03. Você já se interessou ou se interessa em ler algum artigo ligado à Educação Física?

- ☐ Nunca
- ☐ Uma vez por semana
- ☐ Só quando solicitado pelo(a) professor(a)
- ☐ Sempre que posso

04. Nos esportes coletivos (Basquetebol, Handebol, Futsal, Voleibol, etc...) a cooperação, a solidariedade, o aprender a ganhar e a perder estão inseridos no seu bojo e trazem algo de educativo no seu conteúdo. Na sua visão é isso que realmente acontece?

- ☐ Certamente que sim
- ☐ Certamente que não
- ☐ Depende do(a) professor(a)
- ☐ Às vezes
- ☐ Não tem opinião a respeito

05. Você considera a Educação Física importante na sua formação como cidadão?

- ☐ Claro que sim

- ☐) Não
- ☐) Depende do professor
- ☐) Uma coisa não tem nada a ver com a outra
- ☐) Não tem opinião a respeito

06. Considerando a abordagem construtivista da Educação Física, na qual o aluno aprende através de atividades lúdicas e prazerosas, você pode afirmar:

- ☐) é exatamente aquilo de que necessito
- ☐) é parecido com aquilo que quero pra mim
- ☐) é muito pouco daquilo que pretendo
- ☐) são atividade que só fazem passar o tempo
- ☐) Outras: especifique.....

07. A abordagem crítico-superadora da Educação Física (LIBÂNEO E SAVIANI) propõe um confronto entre o saber científico e o senso comum para uma posterior transformação social através dos jogos, ginástica, esporte, capoeira, etc..., com base nesta afirmação, você:

- ☐) concorda fortemente
- ☐) concorda
- ☐) discorda fortemente
- ☐) discorda
- ☐) Não tem opinião a respeito

08. Considerando que na abordagem “Jogos Cooperativos” se valoriza a cooperação (prazer de todos) em detrimento da competição (onde apenas um vence), o que você acha disso:

- ☐) é isso de que a educação física precisa plenamente
- ☐) é isso de que a educação física precisa parcialmente
- ☐) não acredito nisso
- ☐) Não tem opinião a respeito

09. Existe uma corrente na educação física chamada de tecnicista, que valoriza o treinamento, o esporte de rendimento e a competição, o que você acha disso:

- ☐) acho importante, pois a vida é uma eterna competição
- ☐) acho parcialmente importante
- ☐) não acho importante e não concordo
- ☐) para mim tanto faz
- ☐) Não tem opinião a respeito

10. Na educação agrícola, não seria interessante que o professor aproveitasse a bagagem trazida pelo aluno (abordagem cultural/DAÓLIO), para a partir daí dar rumos aos seus horizontes? O que você acha disso:

- ☐) concorda fortemente
- ☐) concorda
- ☐) discorda fortemente
- ☐) discorda
- ☐) Não tem opinião a respeito

11. Vocês que estudam numa escola que desenvolve de forma integrada o ensino médio ao ensino profissionalizante agrícola, é pertinente afirmar:

- ☐) A educação profissional agrícola em muito auxilia na formação integral do aluno
- ☐) A educação profissional agrícola auxilia um pouco na formação integral do aluno
- ☐) A educação profissional agrícola em nada auxilia na formação integral do aluno
- ☐) elas só têm valor se ministradas separadamente
- ☐) Não tem opinião a respeito

12. Para você o que é Educação Física? Será que ela educa?

ANEXO II

QUESTIONÁRIO RESPONDIDO COM OS RESPECTIVOS PERCENTUAIS

QUESTÕES E RESPOSTAS	%
01. Numa aula de Educação Física que conteúdos você prefere praticar? Marque até 2 alternativas: ☐ Esportes ☐ Ginástica..... ☐ Dança..... ☐ Recreação..... ☐ Aulas teóricas ligadas ao corpo humano..... ☐ Outros: especifique.....	37,14 13,13 13,46 10,08 24,19 2
2. Com relação ao conteúdo, o que você acha das aulas de Educação Física ministradas na escola? ☐ Ótima..... ☐ Boa..... ☐ Regular..... ☐ Insuficiente..... ☐ Não tem opinião a respeito.....	31,91 54,25 5,31 4,25 3,19
03. Você já se interessou ou se interessa em ler algum artigo ligado à Educação Física? ☐ Nunca..... ☐ Às vezes..... ☐ Só quando solicitado pelo(a) professor(a)..... ☐ Sempre que posso.....	6,38 60,25 17,02 13,82
04. Nos esportes coletivos (Basquetebol, Handebol, Futsal, Voleibol, etc...) a cooperação, a solidariedade, o aprender a ganhar e a perder estão inseridos no seu bojo e trazem algo de educativo no seu conteúdo. Na sua visão é isso que realmente acontece? ☐ Certamente que sim..... ☐ Certamente que não..... ☐ Depende do(a) professor(a)..... ☐ Às vezes..... ☐ Não tem opinião a respeito.....	41,48 7,44 11,70 34,04 3,19
05. Você considera a Educação Física importante na sua formação como cidadão? ☐ Claro que sim..... ☐ Não..... ☐ Depende do professor..... ☐ Uma coisa não tem nada a ver com a outra..... ☐ Não tem opinião a respeito.....	80,85 3,19 9,57 2,12 2,12
06. Considerando a abordagem construtivista da Educação Física, na qual o aluno aprende através de atividades lúdicas e prazerosas, você pode afirmar: ☐ é exatamente aquilo de que necessito..... ☐ é parecido com aquilo que quero pra mim..... ☐ é muito pouco daquilo que pretendo..... ☐ são atividade que só fazem passar o tempo..... ☐ Outras: especifique.....	26,59 51,06 17,02 3,19 -
07. A abordagem crítico-superadora da Educação Física (LIBÂNEO E SAVIANI) propõe um confronto entre o saber científico e o senso comum para uma posterior transformação social através dos jogos, ginástica, esporte, capoeira, etc..., com base nesta afirmação, você: ☐ concorda fortemente.....	18,08

() concorda.....	59,57
() discorda fortemente.....	2,12
() discorda.....	5,31
() Não tem opinião a respeito.....	12,76
08. Considerando que na abordagem “Jogos Cooperativos” se valoriza a cooperação (prazer de todos) em detrimento da competição (onde apenas um vence), o que você acha disso: () é isso de que a educação física precisa plenamente..... () é isso de que a educação física precisa parcialmente..... () não acredito nisso..... () Não tem opinião a respeito.....	34,04 40,42 12,76 10,63
09. Existe uma corrente na educação física chamada de tecnicista, que valoriza o treinamento, o esporte de rendimento e a competição, o que você acha disso: () acho importante, pois a vida é uma eterna competição..... () acho parcialmente importante..... () não acho importante e não concordo..... () para mim tanto faz..... () Não tem opinião a respeito.....	36,17 45,74 5,31 7,44 2,12
10. Na educação agrícola, não seria interessante que o professor aproveitasse a bagagem trazida pelo aluno (abordagem cultural/DAÓLIO), para a partir daí dar rumos aos seus horizontes? O que você acha disso: () concorda fortemente..... () concorda..... () discorda fortemente..... () discorda..... () Não tem opinião a respeito.....	21,27 52,12 4,25 9,57 8,51
11. Vocês que estudam numa escola que desenvolve de forma integrada o ensino médio ao ensino profissionalizante agrícola, é pertinente afirmar: () A educação profissional agrícola em muito auxilia na formação integral do aluno..... () A educação profissional agrícola auxilia um pouco na formação integral do aluno..... () A educação profissional agrícola em nada auxilia na formação integral do aluno..... () elas só têm valor se ministradas separadamente..... () Não tem opinião a respeito.....	69,14 20,21 1,06 5,31 1,06
12. Para você o que é Educação Física? Será que ela educa? () Sim..... () Não	97,87 2,12